

Ana Maria da Silva Mauad
Cláudia Santos

Volume 2

História Moderna I





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Moderna I

Volume 2

Ana Maria da Silva Moura

Cláudia Santos



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Maria da Silva Moura
Cláudia Santos

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte
José Meyohas

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Janaína Santana
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araujo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro
Alexandre d'Oliveira

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

CAPA

Jefferson Caçador

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra
Oséias Ferraz

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M929h

Moura, Ana Maria da Silva.
História Moderna. v. 2 / Ana Maria da Silva Moura, Cláudia Santos. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.
142 p.; 19 x 26,5 cm.
ISBN: 978-85-7648-659-6
1. História Moderna. 2. Renascimento. 3. Humanismo.
4. Absolutismo. 5. Reforma. 6. Contrarreforma. I. Santos, Cláudia.
II. Título.

CDD: 930

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

História Moderna I

SUMÁRIO

Volume 2

Aula 11	– Humanismo, ideias políticas e absolutismo	_____	7
	Cláudia Santos		
Aula 12	– Esta aula encontra-se em fase de elaboração	_____	39
Aula 13	– Absolutismo e sociedade de corte	_____	41
	Ana Maria da Silva Moura		
Aula 14	– Cultura popular no mundo moderno	_____	59
	Cláudia Santos		
Aula 15	– A arte renascentista	_____	87
	Ana Maria da Silva Moura		
Aula 16	– Esta aula encontra-se em fase de elaboração	_____	113
Aula 17	– Reforma e Contrarreforma	_____	115
	Ana Maria da Silva Moura		
Referências		_____	139

Aula **11**

Humanismo,
ideias políticas e
absolutismo

Cláudia Santos

Meta da aula

Apresentar as relações entre Absolutismo, Humanismo e ideias políticas.

Objetivos

Ao final do estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os fatores envolvidos no processo de centralização de poder na Europa Moderna;
2. caracterizar o Absolutismo;
3. estabelecer relações entre a história do pensamento político moderno e o contexto da formação das monarquias absolutistas europeias, através da análise de dois pensadores, Maquiavel e Jean Bodin.

INTRODUÇÃO

Os manuais de Ensino Médio nos apresentam frequentemente a mesma visão sobre o absolutismo. Ele é entendido como o resultado do processo de centralização de poder operado pelos reis europeus e como sistema de governo predominante entre os séculos XV e XVIII na Europa. Num tipo de abordagem claramente retrospectiva, o processo de centralização de poder é apresentado como necessário e linear e o absolutismo como o coroamento inevitável desse processo. Outra afirmação bastante comum nos livros didáticos é a de que a monarquia absolutista é o resultado da aliança entre os reis e a burguesia. Nesse sentido, as novas estruturas políticas são compreendidas como a consequência necessária das novas estruturas econômicas, baseadas na expansão comercial e monetária. Além disso, as ideias políticas e as discussões sobre a melhor forma e sistema de governo, centrais no Humanismo renascentista, são apresentadas de forma isolada, considerando-se apenas os autores que, em tese, teriam defendido o absolutismo como melhor sistema de governo. Dessa forma, o debate humanista sobre poder, governo e representação é indicado apenas na sua relação com os “teóricos do absolutismo”, com referências a Maquiavel, Jean Bodin e Thomas Hobbes. Esses autores, por sua vez, são isolados de seu contexto histórico na medida em que são ignoradas as outras posições convergentes ou divergentes. O Humanismo renascentista é apresentado, exclusivamente, sob a forma de instrumento legitimador do sistema de governo absolutista. Perde-se com isso o caráter dialógico do pensamento político humanista, assim como a dimensão controversa do absolutismo que, de forma alguma, pode ser considerado como resultado necessário e inevitável do processo histórico.

Nesta aula, nós propomos outra compreensão do absolutismo na sua relação com o Humanismo. Em primeiro lugar, o absolutismo

não será considerado como uma consequência necessária do processo de centralização de poder. Nesse sentido, vamos distinguir centralização de poder e absolutismo como dois processos distintos, implicando mecanismos diferentes. Em segundo lugar, estaremos recuperando o debate humanista sobre as melhores formas de governo e o caráter controverso do absolutismo. Nesse sentido, os humanistas serão apresentados tendo em vista o contexto no qual estão inseridos, isto é, levando-se em conta os problemas sociais e políticos aos quais estão sendo confrontados, assim como os seus interlocutores. O campo das ideias políticas ou do pensamento político será considerado a partir da noção de debate político, isto é, considerando-se a dimensão dialógica dos textos produzidos. Antes de ser considerado como um grande nome da história do pensamento político ou um teórico do absolutismo, Maquiavel será considerado como um cidadão da Florença do século XV, numa península itálica ameaçada por “príncipes” estrangeiros, inserido numa tradição humanista de debate político sobre o poder, as cidades-estado, a representação política, as virtudes dos cidadãos e dos governantes.

Centralização de poder e absolutismo

O mundo medieval é caracterizado, por um lado, pela coexistência de diferentes unidades políticas e, por outro lado, pela descentralização de poder. Existem os reinos, os principados, as cidades-estado e o Império. No entanto, nenhuma dessas unidades é capaz de manter a centralização de poder. Os poderes de fazer a justiça, de criar e de cobrar impostos ou declarar e fazer a guerra estão, de fato, dispersos. Isto é, apesar da existência de reinos, de principados e do Império, esses poderes são exercidos, localmente, pela nobreza territorial, pelos parlamentos das cidades (na medida em que conquistam sua autonomia), pelos bispados etc.

No seu aspecto político, as regiões da Europa podem ser diferenciadas levando-se em conta as unidades políticas

predominantes. A Península Itálica abriga diferentes tipos de unidades. Na parte norte, situam-se as cidades-estado: Veneza, Gênova, Florença, Milão, Roma, Pisa, dentre outras. No início do século XIII, existem mais de 300 cidades-estado que procuram manter sua autonomia. No centro da Península, encontram-se os estados papais que mantêm uma ideia universalista do poder. Na parte sul, os reinos da Sicília, da Sardenha e de Nápoles.

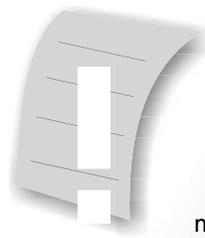
Na região da Alemanha mantém-se a referência ao Império e todos os príncipes e cidades reconhecem a sua autoridade. No entanto, essa legitimidade não implica centralização de poder, já que os príncipes mantêm "poderes de estado". Com a Bula de Ouro, os príncipes alemães reafirmam os seus poderes de fazer a justiça, de declarar a guerra, de manter exércitos, de cobrar impostos e de cunhar moedas.



Bula de ouro é o nome dado, na Idade Média, a diversos acordos ou constituições reconhecidas pelos soberanos do Sacro Império. A mais conhecida é a Constituição latina de 31 capítulos promulgada pelo imperador Carlos IV na dieta de Nuremberg (10 de janeiro de 1356) e de Metz (25 de dezembro de 1356). Ela excluía toda intervenção do papa na eleição dos imperadores alemães e confiava a regência, entre a morte do imperador e a eleição de um novo imperador, ao duque de Saxe e ao conde palatino. Ela reconhecia o direito dos príncipes de nomear o imperador e mantinha assim o Santo Império como uma federação de principados num momento em que tanto a monarquia francesa quanto a monarquia inglesa progrediam em direção à unidade (MOURRE, 1996).

Diferentes tentativas foram feitas tanto pelo papado quanto pelo Sacro Império Romano-Germânico para reunir, sob uma mesma autoridade, as diferentes unidades existentes na cristandade ocidental, principalmente aquelas da Península Itálica. A Igreja, sediada em Roma, fomenta o projeto de um Império cristão dividido

em dois tipos de poder, o espiritual, centralizado pelo papa, e o temporal, exercido pelo imperador. Nessa configuração, não haveria propriamente equilíbrio entre os dois poderes, já que para muitos dos dirigentes da Igreja o poder temporal deveria estar submetido ao poder espiritual. Além disso, a Igreja exerce poder temporal, já que o papado mantém tribunais, cobra impostos em toda a cristandade e mantém exércitos. A luta incessante entre o papado e o Império pela dominação da cristandade acabou provocando um enfraquecimento de ambos e propiciando o fortalecimento de outras unidades políticas, como foi o caso das cidades italianas (entre o século XII e XIV), dos reinos (Inglaterra, França, Castela, Aragão, etc.), dos principados (na Alemanha). Assim, tanto na Inglaterra quanto na França, os reis lutam, desde o século XII, para centralizar poder em detrimento dos poderes da nobreza territorial, mas também contra as pretensões universalistas do papado e do Império.

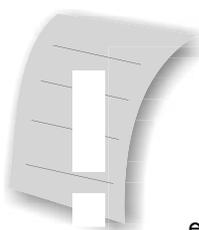


Em certos casos, condes e duques possuem mais poder do que o próprio rei, como é o caso do ducado da Borgonha no reino da França, ainda no século XI.

O território dos duques normandos, que entrementes havia sido colonizado e recebera o cristianismo, os ducados da Aquitânia e da Borgonha, os condados de Anjou e Flandres, o Vermandois e a Champagne eram poucos menores, e, em alguns aspectos, até mais importantes do que o território familiar da nova Casa Real de França (ELIAS, 1993, p. 31).

Para construir uma compreensão da história moderna no seu aspecto político, nós fazemos a oposição entre um período de descentralização de poder – o período medieval – e o processo de centralização de poder – característico do mundo moderno. Além disso, identifica-se, muitas vezes, centralização de poder, absolutismo e estados nacionais referindo-se à história moderna como o período da formação dos estados-nação. Para gerar uma melhor compreensão do mundo moderno é preciso, em primeiro lugar, proceder a uma distinção entre esses três processos – centralização de poder, absolutismo, formação das nações – tanto do ponto de vista de sua definição quanto de sua cronologia.

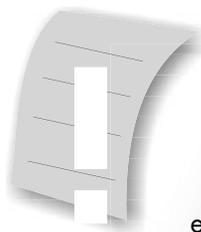
Se a história moderna pode, de fato, ser caracterizada pelo processo de centralização de poder nas mãos dos reis, é preciso, no entanto, fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que esse processo histórico se inicia muito antes do período moderno, em plena Idade Média. Em segundo lugar, se a história moderna se define pela centralização de poder nas mãos dos reis, é preciso não esquecer que ela se caracteriza, ao mesmo tempo, pela luta das cidades por sua autonomia, pela luta do Império pela sua manutenção e expansão, pelas guerras das nobrezas em nome da preservação de seus poderes, pelo combate travado pelo papado em nome de suas pretensões universalistas.



A história moderna pode ser compreendida a partir da consolidação das monarquias francesa e inglesa, mas não podemos esquecer que o Império, unido pela dinastia dos Habsburgo aos reinos de Castela e de Aragão e, por isso, ligado aos destinos do Novo Mundo, é o grande protagonista desse período. Para os contemporâneos de Carlos V, o destino parecia incomparavelmente mais promissor para o Império do que para a monarquia inglesa que, no entanto, pode ser considerada como a grande vitoriosa do período moderno.

Se os estados territoriais constituídos em torno dos reis saíram vitoriosos desse processo, isso não quer dizer que, desde o início, isso fosse necessário e irreversível. Para entender a construção dessas unidades políticas, é necessário situá-las em relação a esses diferentes confrontos: contra as nobrezas, contra a autonomia das cidades, contra o papado, contra o Império. A história da centralização de poder assume aspectos diferentes nas diversas regiões da Europa.

Historicamente, podemos dizer que o processo de centralização de poder é um processo de longa duração, já que se inicia por volta do século XII, em regiões como a França e a Inglaterra, e continua durante todo o período moderno. As dinastias reinantes contaram com diferentes instrumentos nesse esforço de centralizar poder. Na aula "Novas estruturas políticas: centralização de poder e absolutismo", vocês conheceram a interpretação de Perry Anderson sobre o absolutismo. Esse autor considera que a economia mercantil foi um dos principais instrumentos nas mãos dos reis no processo de centralização de poder. Os reis foram capazes de canalizar riquezas geradas pelos comerciantes para usá-las no fortalecimento de seu poder. Assim, essas riquezas possibilitaram aos reis o pagamento de soldados e permitiram o fortalecimento de seu poderio militar em detrimento das nobrezas territoriais. A história moderna é a história da formação de exércitos permanentemente a serviço dos reis e cada vez mais numerosos. Além disso, a riqueza gerada pelo comércio alimenta a formação de um corpo de funcionários – de justiça, de coletores de impostos – responsáveis pela administração do reino.



Apesar disso, Perry Anderson refuta a tese de que as monarquias absolutistas estejam a serviço de interesses burgueses ou sejam fruto da aliança entre os reis e a burguesia. O autor critica ainda a ideia de que os “Estados absolutistas” possam ser vistos como estados de transição entre uma ordem feudal e uma ordem burguesa. Como você viu na aula “Novas estruturas políticas: centralização de poder e absolutismo”, para Perry Anderson, a monarquia absolutista garante a ordem feudal e os interesses da nobreza territorial.

Robert Nisbet considera a importância do direito romano como instrumento dos reis na luta pela centralização de poder. O estudo do direito romano foi retomado nas universidades medievais em finais do século XII, principalmente na cidade de Bolonha (Itália), e passou a ser utilizado pelos diferentes concorrentes ao exercício do poder. As cidades italianas se serviram dele para a luta contra as pretensões do papado e do Império. Os reis utilizaram o direito romano contra as prerrogativas de um direito feudal não escrito que reconhecia os direitos das nobrezas territoriais ao exercício da justiça, da guerra e da tributação, entre outros. No “direito feudal”, um direito consuetudinário, o rei é um senhor entre senhores e não o Imperador entre súditos. A sociedade feudal, regulada por regras não escritas, é organizada em corporações, todas elas possuindo suas prerrogativas. O direito romano, por sua vez, não reconhece o exercício do poder, a não ser por intermédio do imperador e, dessa forma, ignora todos os contratos não escritos e todas as prerrogativas das corporações. Robert Nisbet considera que a releitura do direito romano empreendida pelos leigos nas universidades medievais (muitos deles a serviço dos reis) foi um dos principais instrumentos de centralização de poder e do absolutismo.



O direito romano se divide em: direito civil, que regula as transações econômicas entre os cidadãos, e direito público, que regula as relações entre o soberano e os seus súditos. Para Robert Nisbert o direito romano é um instrumento legitimador da centralização de poder e do absolutismo e, sobretudo, agente fundamental na dissolução da ordem feudal. Em que sentido? Para R. Nisbet, a ordem feudal se estrutura a partir das corporações, dos grupos, e não de indivíduos. Já o direito romano regula relações entre indivíduos e não reconhece a organização corporativa da sociedade. Além disso, a sociedade medieval se estruturava em torno de contratos não escritos; esses acordos não serão reconhecidos pelo direito romano.

A sociedade medieval era totalmente o oposto da espécie de sociedade na qual havia surgido o Direito Romano. Seu sistema de autoridade era pluralista (...) A sociedade medieval era uma vasta rede de grupos, comunidades e associações, cada qual alegando jurisdição sobre as funções e atividades de seus membros. (...) Para reis e príncipes que lutavam contra os direitos e autoridades de grupos feudais em seus reinos, para Papas que procuravam um grau mais alto de centralização da Igreja e para homens de negócios que procuravam acabar com as limitações que lhes eram impostas pela guilda ou o mosteiro, os princípios centralizantes, individualizantes do Direito Romano, podiam parecer uma verdadeira graça celestial. (...) um dos princípios básicos do Direito Romano é de que não podia existir autoridade alguma ou direito algum entre indivíduo e Estado, exceto por “concessão” do soberano; e outro de seus princípios centrais era o de que, na esfera civil, todas as relações eram, na melhor das hipóteses, não-legais, e na pior, ilegais, se não se baseassem em contrato explícito entre as partes (...) Poucas eram, na verdade, as relações da sociedade medieval comum que pudessem ter base em contrato, explícito ou implícito, sendo quase todas elas produto de imemorial tradição não-escrita (NISBET, 1982, p. 134-135).

Se o processo de centralização de poder se inicia durante o período medieval, o absolutismo, pelo seu lado, é um fato da História Moderna. Situamos o absolutismo entre os séculos XVI e XVIII. Essa referência a cronologias diferentes torna-se fundamental na medida em que possibilita a demarcação entre esses dois processos: centralização de poder e absolutismo. O absolutismo enquanto sistema de governo em que o rei governa sem a intermediação de nenhuma instituição política formal, sem assembleias ou representantes, mas apenas com seus conselheiros e ministros, pressupõe um alto grau de centralização de poder nas mãos dos reis. No entanto, o absolutismo não é um resultado inevitável desse processo de centralização de poder. Para que ele se imponha enquanto o “melhor” sistema de governo na Europa Moderna, é preciso que ele coloque fim ao sistema de assembleias em funcionamento desde o século XIII.

Se o processo de centralização de poder em torno dos reis se inicia no século XII, no século XIII são criadas, em grande parte da Europa, as assembleias que servem para limitar o poder do rei, principalmente quanto às decisões sobre a guerra e sobre a tributação.



Os reis e os seus Conselhos

1. **Cortes:** nome dado na Espanha e em Portugal às assembleias representativas. Cortes locais se reuniram no reino de Leão desde o fim do século XII (foi o primeiro reino medieval a desenvolver *sistema de Estados*).

Elas eram compostas por membros da nobreza, do clero e de representantes das comunas (procuradores). As cortes do reino de Castela-Leão eram bastante diferentes das do reino de Aragão. Em Castela as cortes permanecem como assembleias ocasionais sem institucionalização sólida. A convocação e a composição das cortes permanecem sujeitas à decisão do monarca, sendo que as de Castela não têm nenhum poder legislativo. Como as cortes castelhanas só decidiam sobre fiscalidade e tanto a nobreza quanto o clero estavam isentos de impostos, a nobreza não se sentiu empenhada nas cortes. Já em Aragão cada província (Aragão,

Catalunha e Valência) possui o seu próprio sistema de cortes. Elas se organizam segundo um sistema quadricurial (magnatas+pequena nobreza+clero+burguesia), mantendo funções de controle judicial e de administração permanente. Além disso, as cortes aragonesas têm reuniões regulares previstas em estatuto com norma de unanimidade para aprovação de medidas. Essa diferença entre as cortes castelhanas e aragonesas e, sobretudo, a organização política dos aragoneses, foi um empecilho à centralização absolutista.

2. **Estados Gerais:** na monarquia francesa, nome dado às assembleias gerais organizadas em ordens e por região. Os primeiros Estados gerais foram convocados em 1302. Eles tiveram sua origem não nas grandes assembleias carolíngias, mas no costume dos primeiros capetíngios de pedir, de vez em quando, conselho e ajuda a seus vassalos e súditos. Às vezes, o rei consultava apenas os eclesiásticos e os nobres; às vezes, consultava também, como fez São Luiz em 1263 a propósito da moeda, os burgueses das cidades. Diferentemente do regime parlamentar inglês, os Estados gerais franceses dependiam unicamente da iniciativa real. É por isso que eles nunca tiveram uma regularidade: o rei só pensava em convocá-los nos momentos críticos, para obter subsídios excepcionais ou para tentar unificar a nação em tempos de guerra. A falta de regularidade e o voto por ordem e não por cabeça, que permitia ao soberano jogar as ordens umas contra as outras, foram as duas principais causas da fraqueza institucional dessas assembleias. No entanto, ainda assim, os reis eram obrigados a convocar as assembleias em caso de criação de novos impostos.

3. **Parlamento:** nome dado ao conjunto formado pela Câmara dos Lordes e pela Câmara dos Comuns e que constitui o Conselho de representantes da monarquia inglesa.

A **Câmara dos Lordes:** Teve sua origem no alto conselho feudal, a *curia regis*, que foi chamado, desde a Alta Idade Média, a discutir com o soberano as grandes questões políticas e militares e para deliberar sobre as ajudas extraordinárias. Desde a promulgação da *Magna Carta* (1215), os barões tentaram obter, no decorrer do século XIII, um lugar predominante na monarquia inglesa. Em 1258, o Parlamento de Oxford instituiu uma comissão permanente de doze barões, que deveria decidir com o Conselho do rei sobre todos os negócios do país. No final

do século XIII, os representantes da pequena nobreza e dos burgos começaram a discutir e a deliberar em conjunto. Os "comuns" e os lordes começaram a se reunir separadamente no século XIV. Os lordes conservaram sua proeminência honorífica, mas seus poderes diminuíram progressivamente em detrimento dos "comuns".

A **Câmara dos Comuns**: A partir do "parlamento modelo" convocado por Eduardo I em 1295, ficou estabelecido que dois representantes da pequena nobreza de cada condado e dois representantes dos burgos participariam, daí em diante, dos parlamentos. No decorrer do século XIV, o Parlamento se separa do Conselho do rei e, por outro lado, os "comuns", passam a se reunir separadamente dos lordes. Eles se reuniam na presença de um orador. Quando eles se reuniam com os Lordes na presença do rei, eles só podiam se exprimir através do orador. Desde o final do século XIV, os "comuns" ganharam certa preponderância sobre os Lordes em matéria de economia.

Os Parlamentos deviam ser convocados obrigatoriamente pelos reis em todas as vezes que precisassem criar novos impostos, mas também em todas as vezes que tivessem necessidade de alterar os estatutos do reino.

O absolutismo deve se impor, portanto, contra o sistema das assembleias que, em certas regiões da Europa, como o reino de Aragão e da Inglaterra, possui bastante importância. Na luta para impor o absolutismo enquanto sistema de governo, os reis se servem de diferentes instrumentos: econômicos, jurídicos, militares, culturais, religiosos, filosóficos.



No seu livro *Linhagens dos Estados absolutistas no Ocidente*, Perry Anderson procura demonstrar a sua tese de que as novas estruturas de poder constituídas na época moderna são resultado da expansão da economia de mercado, mas servem, de fato, para defender a continuidade da ordem feudal. Além disso, o autor procura descrever e analisar o processo de centralização de poder e as características das monarquias absolutistas nas diferentes regiões da Europa. Dessa forma, ele estabelece diferenças fundamentais entre os absolutismos, ao mesmo tempo em que procura explicá-las. Nesse sentido, ele mostra a fraqueza do absolutismo inglês em relação ao francês, indicando algumas explicações possíveis. Em primeiro lugar, uma fraqueza econômica. A monarquia inglesa contava com uma fraca base tributária, já que no início do século XVI a Inglaterra possuía uma população de cinco milhões de habitantes, enquanto, na mesma época, o reino da França abrigava 20 milhões de pessoas. Essa fraqueza econômica teria gerado uma inferioridade militar em relação às outras monarquias, por exemplo, a francesa e a espanhola, já que, ao contrário dessas, a monarquia inglesa não foi capaz de constituir um exército permanente. Além disso, a natureza dos parlamentos ingleses, assim como a das cortes aragonesas, teria gerado uma fraqueza política. Ao contrário dos reis franceses que tinham a obrigação de convocar os Estados Gerais apenas quando fossem criar novos impostos, os reis ingleses não podiam mudar qualquer estatuto do reino sem chamar os parlamentos.

Nesse sentido, Roland Mousnier se refere a dois tipos de absolutismo, o de direito, na França, e o de fato, na Inglaterra. Se a dinastia dos Tudor e dos Stuart, na Inglaterra, conseguiram reinar sem a convocação regular dos parlamentos, isso apenas foi possível graças a certa "margem de manobra" financeira propiciada pela renda da venda das terras da Igreja, após o confisco dos bens da Igreja (1536/39). No entanto, na Inglaterra, o governo sem o parlamento não era algo reconhecido "de direito", mas apenas se impunha de fato, já que as estruturas políticas inglesas reconheciam a necessidade da convocação regular dos parlamentos (pelo menos uma vez por ano) e, além das funções tributárias, os parlamentos possuíam também funções legislativas. Por isso, ainda que se possa reconhecer um período absolutista na Inglaterra, o máximo de tempo em que um rei ficou sem convocar os parlamentos

foi 18 anos, enquanto na França os Estados gerais deixaram de ser convocados durante um período de 113 anos. Isso porque, na França, os Estados gerais não eram convocados com a mesma regularidade e apenas possuíam funções tributárias.

Na segunda parte da aula, nós vamos considerar as relações entre o absolutismo e as ideias políticas, destacando aqueles autores que se posicionaram a favor desse sistema de governo. Lembrando, no entanto, que esses autores fazem parte de um debate político constituído tanto de adeptos quanto de adversários do absolutismo. A Europa onde predomina o absolutismo é, ao mesmo tempo, a Europa do humanismo onde a discussão sobre a dimensão política do homem ganhou novas perspectivas, ancoradas na experiência política das cidades italianas. Para discutir as relações entre a história do absolutismo e a história do pensamento político, nós vamos considerar dois autores normalmente identificados enquanto "teóricos" do absolutismo: Maquiavel e Jean Bodin.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Retire do item "Centralização de poder e absolutismo" os fatores que foram importantes para o processo de centralização política.

Absolutismo e ideias políticas

Existem diferentes maneiras de se considerar a história das ideias políticas ou do pensamento político. Nos manuais escolares, é muito comum a referência a uma história das ideias construída a partir da apresentação dos grandes autores e das grandes obras – por exemplo, Maquiavel e *O príncipe* –, mas sem nenhuma relação com o contexto histórico. Essa visão se aproxima daquela vertente da história das ideias que Michel Winock chama de “História – galeria”, que apresenta apenas os grandes autores e as grandes obras, em relações recíprocas, mas fracamente relacionados aos seus contextos históricos. Nesse caso, o autor é apresentado – como no caso de Maquiavel e de sua obra – e relacionado a outros autores, fazendo-se referências a influências e repercussões da sua obra, mas muito pouco inserido na situação das cidades-estado italianas no contexto das guerras da Itália. Além disso, nesse tipo de interpretação, a própria dimensão política fica esvaziada, na medida em que os autores das ideias políticas são compreendidos como “meros” escritores e não como atores históricos tendo exercido uma atividade política pelo fato mesmo de terem escrito a sua obra.

Outra forma de considerar a história das ideias é condicionando-a a certo contexto histórico, numa relação de dependência completa. Isto é, considera-se o “mundo das ideias e do pensamento” como mero reflexo da “realidade” econômica e social. Nesse caso, o Humanismo e as suas obras são entendidas como efeitos da ascensão econômica e social da burguesia.

Uma terceira possibilidade é aquela criada pela Escola de Cambridge, que procura relacionar texto e contexto, mas numa perspectiva diferente daquela já mencionada. Nesse caso, trata-se, em primeiro lugar, de considerar o texto e autor como atores políticos dentro de um contexto específico. Em segundo lugar, procura-se entender o texto como um certo posicionamento num determinado contexto. Para isso, é preciso que se possa, por um lado, identificar as questões centrais daquele contexto e, por outro lado, reconstruir a

sua história. Dessa forma, *O príncipe* de Maquiavel está inserido num debate político da Florença do século XV, que especula e discute sobre as virtudes necessárias aos cidadãos e aos governantes, questionando sobre as melhores formas e sistemas de governo, principalmente no que diz respeito à possibilidade de garantir a autonomia das cidades da Península frente às ameaças das grandes monarquias. Além disso, essa obra está inserida numa “tradição” humanista construída a partir de diferentes elementos, desde o século XIII, e inseparável da experiência das cidades-estado italianas.

Maquiavel e o absolutismo

É muito comum a referência a Maquiavel como fundador do pensamento político moderno, na medida em que ele teria construído uma reflexão sobre a dimensão política, livre das considerações religiosas ou morais. Essa ruptura teria sido o resultado da incorporação dos valores e da influência da Antiguidade clássica. A reflexão sobre a liberdade, sobre a melhor forma e sistema de governo e sobre a virtude teria a sua origem na leitura dos autores clássicos. Nesse sentido, a obra mais conhecida de Maquiavel, *O príncipe*, é compreendida como uma ruptura completa no seu próprio contexto e em continuidade apenas com a reflexão antiga sobre a política. Além disso, Maquiavel é frequentemente apresentado como um teórico do absolutismo.

O historiador Quentin Skinner, na sua obra *As fundações do pensamento político moderno*, procura relativizar essa posição, mostrando que Maquiavel e sua obra estão inseridos em um contexto específico e, se por um lado apresenta novidades, por outro, mantêm inúmeras continuidades com o Humanismo do século XIV. Por sua vez, Skinner liga esse Humanismo do século XIV, denominado “Humanismo cívico”, à tradição dos retores medievais. “Os humanistas, longe de representar uma nova classe, eram os herdeiros profissionais e os sucessores dos *retores* medievais, dos assim chamados *dictatores*” (SKINNER, 1996, p. 91-133).



Os *retores* medievais, formados em Retórica no seio das universidades italianas do século XII, principalmente em Bolonha, estão voltados, para a redação de cartas oficiais, no contexto das cidades italianas.

O objetivo prático da instrução retórica consistia em conferir uma capacitação bastante valorizada no mercado: quem a estudava aprendia a escrever cartas oficiais e outros documentos análogos com o máximo de clareza e de força persuasiva (SKINNER, 1996, p. 50).

Muito cedo, esses *retores*, além de ensinarem sobre os modelos de carta do ponto de vista das regras retóricas “estritamente formais”, “começaram a se preocupar de maneira consciente com os negócios legais, sociais e políticos das cidades-estado italianas” (p. 51). Quentin Skinner considera que os humanistas do século XIV são herdeiros dessa tradição dos *retores* ou *dictatores* medievais.

O autor propõe uma história do Humanismo da Renascença na qual considera a contribuição de diferentes elementos e “tradições” e não apenas a dos autores clássicos. Assim, ele considera importante a contribuição dos comentadores do direito romano, dos *retores* medievais e mesmo da escolástica.

O humanismo teria se constituído a partir de todas essas contribuições e, o mais importante, teria se desenvolvido, desde fins do século XII e início do século XIII, na luta travada pelas cidades italianas para conservarem a sua organização política independente. Quentin Skinner pensa o Humanismo da Renascença, o Humanismo de Maquiavel e de seus contemporâneos a partir dessa tradição do Humanismo cívico construída na luta das cidades contra o Império e o papado.



Em fins do século XI, várias cidades italianas organizam-se enquanto repúblicas e se autogovernam. “Em fins do século XII, a forma republicana de autogoverno já fora adotada por quase todas as cidades do norte da Itália” (SKINNER, p. 26). Se essa forma de governo dava às cidades uma certa independência *de fato*, elas permaneciam, *de direito*, sob a autoridade nominal do Sacro Império. Os imperadores iniciaram diversas vezes, nos séculos XIII e XIV, campanhas militares para submeterem as cidades. Segundo Skinner, foi nessa luta pela independência que as cidades:

Da Lombardia e da Toscana não apenas tiveram êxito ao vencer o imperador no campo de batalha: também conseguiram constituir um vasto arsenal de armas ideológicas, com as quais procuraram legitimar essa continuada resistência (SKINNER, p. 28).

No contexto da luta pela liberdade contra o Império e contra o papado, foi construída – progressivamente e através de vários elementos – uma reflexão política sobre a liberdade, sobre a virtude dos governantes, sobre as melhores formas e sistemas de governo, etc.

Esse arsenal teórico construído no decorrer desse processo foi sendo reformulado a partir de novos problemas e novas influências no decorrer dos séculos XIV e XV. No pensamento de Maquiavel e de seus contemporâneos, assim como para os humanistas do século XIV, a preocupação com a liberdade – valor máximo da tradição humanista e principal objetivo da República – passa pela reflexão sobre as virtudes dos governantes e dos governados e sobre as melhores formas de governo. No entanto, isso se faz num novo contexto, aquele da crise das cidades-estado italianas frente à ameaça das monarquias francesa e espanhola, nas guerras da Itália, e da emergência dos tiranos como pretendentes ao governo das cidades.

Quentin Skinner mostra inclusive como o lugar dedicado à discussão sobre a política diminui na reflexão dos humanistas da Renascença se comparados aos humanistas cívicos. A crise

das repúblicas diminui a importância atribuída à ação política na cidade a ponto de ser considerada como “uma forma menor, e mesmo vulgar, de preocupação intelectual” (SKINNER, p. 137). Esse ceticismo em relação à participação nos “negócios” da cidade se associa a uma mudança na forma de apresentar a discussão política. Enquanto os humanistas do século XIV dirigiam as suas obras ao conjunto dos cidadãos, os humanistas do início do século XV criam um novo gênero literário, os livros de conselhos, dirigidos aos príncipes. Nesses livros de aconselhamentos, os humanistas tratam da educação ideal e das virtudes necessárias ao príncipe para o governo da cidade. *O príncipe* de Maquiavel se insere nessa tradição dos livros de aconselhamentos, sendo o mais conhecido deles. A liberdade, a virtude dos governantes e dos governados e principalmente as formas de preservar a autonomia da Itália face à ameaça estrangeira são os principais temas da reflexão de Maquiavel. Se o pensamento de Maquiavel é elaborado dentro desse quadro do Humanismo da Renascença tanto em relação aos temas propostos quanto em relação à forma adotada, por que sua obra é considerada como uma ruptura em relação a de seus contemporâneos? Quais as novidades introduzidas pelo pensamento de Maquiavel que o fazem ser considerado como um dos fundadores do pensamento político moderno?

Robert Nisbet, no seu *Os filósofos sociais*, indica algumas novidades do pensamento de Maquiavel. Em primeiro lugar, Maquiavel teria enfatizado a necessidade da centralização de poder como única forma de garantir a liberdade na Península Itálica. Dessa forma, ele teria atribuído mais importância à unidade do que à própria liberdade. Sem um príncipe que colocasse sob a sua autoridade todas as cidades e principados da Península não seria possível garantir a liberdade contra as monarquias estrangeiras, “os bárbaros”. Nesse sentido, Maquiavel, em lugar de discutir sobre as virtudes necessárias ao governante para manter a liberdade da cidade, propõe uma reflexão sobre as virtudes necessárias ao príncipe para manter o poder, a autoridade e a unidade. Nesse

ponto, Maquiavel introduz dois elementos de ruptura. Em primeiro lugar, ele se afasta da reflexão humanista sobre a virtude ao criar uma distinção entre as virtudes dos príncipes e as virtudes dos cidadãos comuns.



A discussão sobre a virtude, central no humanismo, está ancorada numa releitura dos autores clássicos, mas também está permeada por valores cristãos. É certo que o humanismo se estrutura a partir da concepção de que o homem é capaz de construir o seu próprio destino e de se constituir, enquanto homem virtuoso, a partir do valor atribuído à liberdade. Nesse sentido, existe um rompimento nítido com a visão do homem como “joguete” nas mãos do destino (fortuna) ou dos desígnios da Divina Providência. No entanto, esse rompimento não implica abandono das virtudes cristãs.

Quentin Skinner mostra que nos livros de aconselhamentos dirigidos aos príncipes, a discussão sobre as virtudes é central, sobretudo aquela sobre as virtudes necessárias ao bom governo das cidades. No entanto, os humanistas da Renascença não separam “virtudes dos governantes” e “virtudes dos governados”.

Essa distinção só é operada por Maquiavel em função de outra ruptura também introduzida pelo seu pensamento. Maquiavel gera uma reflexão sobre a política e o poder na qual as considerações morais e religiosas assumem uma posição secundária. Dessa forma, as virtudes perdem o seu valor intrínseco, já que as “más ações”, no sentido moral e religioso – o uso da violência, da intriga, da traição, etc. –, podem se tornar virtudes nas ações de um príncipe que procura manter a unidade e a autoridade em seus estados. Maquiavel propõe uma reflexão sobre as causas da fragilidade dos estados e procura indicar as melhores fórmulas para a manutenção da ordem, da unidade e da autoridade. Os crimes e vícios dos cidadãos comuns podem tornar-se virtudes nas ações dos príncipes que têm como objetivo manter a unidade, a autoridade e a paz de seus estados. Isso não significa o elogio da violência e das más ações, já que o

tirano que emprega esses meios em seu próprio benefício terá muito pouca chance de manter os seus estados. O que está em jogo no pensamento de Maquiavel é a unidade e a estabilidade política na península itálica; a construção de um estado que possa sobreviver em meio às disputas internas e externas. Para isso, Maquiavel propõe que o príncipe calcule as suas ações exclusivamente em função do poder e da política e deixe para os cidadãos comuns a preocupação com as virtudes num sentido absoluto. À pergunta “O príncipe deve preferir ser louvado ou temido?”, Maquiavel responde, contra a tradição humanista: “Mais vale ser temido do que apreciado”.

Dessa forma, Maquiavel, através de seu posicionamento no campo político da Florença do século XV, defende, por um lado, a centralização de poder na Península Itálica. Para ele, as pequenas unidades políticas, as cidades-estado, serão incapazes de manter a autonomia frente à ameaça externa. Por outro lado, na sua obra mais famosa, *O príncipe*, Maquiavel parece escolher o governo de um só, o absolutismo, em detrimento da república representativa. No entanto, segundo vários de seus comentadores, Maquiavel era um republicano e, em outras obras, teria afirmado um outro tipo de posicionamento.

Jean Bodin e a defesa do absolutismo

Se o pensamento de Maquiavel deve ser compreendido pela referência aos conflitos gerados pelas guerras da Itália e a ascensão dos tiranos, a reflexão de Jean Bodin não é inteligível sem a referência às guerras religiosas.



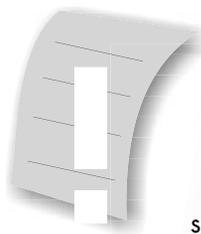
Nome dado aos conflitos religiosos que se espalharam em diferentes regiões da Europa a partir da segunda metade do século XVI envolvendo católicos e protestantes. A França foi, sem dúvida, a região mais atingida pelos conflitos religiosos. A disputa entre os **huguenotes** ao sul e os católicos ao norte era ao mesmo tempo religiosa e política colocando em risco o própria monarquia francesa. O principal marco desses conflitos religiosos na França foi a Noite de São Bartolomeu. Após um período de certa tolerância em relação aos protestantes, a monarquia francesa, nas mãos da regente Catarina de Médici, ordena o massacre de centenas de huguenotes em toda a França dando início a um período de mais de 40 anos de conflitos. Outra região bastante atingida pelos conflitos religiosos foram os Países Baixos (Holanda e Bélgica atuais) até aquele momento sob o domínio do Império espanhol. Aí também os conflitos religiosos ganharam dimensões políticas. Os calvinistas concentrados no norte passaram a lutar ao mesmo tempo contra os católicos e a dominação espanhola. Os conflitos duraram mais de 50 anos e só terminaram completamente com o reconhecimento da independência das Províncias Unidas pelo Império espanhol. A partir daí, os Países Baixos continuaram católicos e sob a dominação espanhola e as Províncias Unidas se projetaram enquanto uma federação calvinista independente.

Huguenotes

Nome dado na França, no século XVI, aos partidários da Reforma, e mais especialmente aos calvinistas; esse nome é provavelmente uma deformação popular do alemão *Eidgenossen* (= associados pelo juramento), nome dado inicialmente aos habitantes de Gênova sublevados e reunidos contra o bispo de Savoia (MOURE, 1996).

Em meados do século XVI, a expansão da reforma divide a França em dois campos antagônicos: os católicos e os huguenotes.

Às questões propriamente religiosas somam-se questões políticas. O último representante da dinastia dos Valois morre sem deixar herdeiros diretos, o que abre caminho para uma sucessão dinástica extremamente conflituosa. Duas famílias poderosas disputam o trono francês, além de defenderem campos religiosos opostos: a família dos Guise defende o catolicismo e a família dos Bourbons defende o campo huguenote. Perry Anderson entende esse contexto das guerras religiosas, como resultado de uma disputa entre as nobrezas territoriais que colocou seriamente em risco o processo de centralização de poder operado pelos reis. As nobrezas procuravam recuperar as suas prerrogativas de poder progressivamente retiradas pela dinastia dos Valois.



No livro de Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*, no capítulo dedicado à França, entre as páginas 90-95, você encontra uma análise política sobre as guerras religiosas na França.

Para os contemporâneos desse processo de guerra civil, a unidade política parece seriamente comprometida. Afinal, num contexto extremamente marcado pelas referências religiosas, o catolicismo do rei e da monarquia não compõe mais uma unidade com a religião professada pelos súditos do reino.

Como garantir a unidade? Como impedir que os conflitos religiosos dividam irreversivelmente o reino da França? Essa é uma das principais questões do debate político travado por Jean Bodin e seus contemporâneos.

Quentin Skinner recupera a complexidade desse debate, identificando as diferentes posições nesse campo político-religioso. Por um lado, a posição de Jean Bodin que enfatiza a necessidade de um elemento não religioso capaz de manter a unidade e que, para isso, defende o absolutismo como melhor sistema de governo. Por outro lado, as discussões no campo protestante a respeito do direito à resistência que acabam por dar origem a um pensamento político de oposição ao absolutismo.

A reforma protestante abriu um conflito religioso ao mesmo tempo que um conflito político. Ao questionar a autoridade da Igreja Católica, Lutero gera a possibilidade, ainda que indireta, do questionamento do poder das autoridades temporais. A Bíblia é a única autoridade e a “livre interpretação das escrituras” deve ser assegurada como um direito de todo cristão; a Igreja não deve ter nenhuma jurisdição temporal, não devendo manter terras, justiça ou tributação. Essas são algumas das teses defendidas por Lutero que, somadas à sua decisão posterior de romper com a Igreja Católica, levou alguns de seus discípulos ao questionamento do poder das

autoridades temporais. O exemplo mais ilustre desse desdobramento político é o de Thomas Munzer, antigo discípulo de Lutero, que liderou a Guerra dos Camponeses contra o poder dos príncipes alemães.

Para evitar desdobramentos desse tipo, Lutero reafirma, com rigor, a sua tese de que a autoridade temporal provém diretamente de Deus, não necessitando de nenhuma intermediação dos poderes espirituais. Por isso, nenhuma reação às autoridades temporais visando questionar o seu poder é possível. Aos súditos de um tirano injusto, só é possível uma resistência passiva.

Essa posição defendida por Lutero serviu diretamente ao processo de centralização de poder operado pelos reis e às suas pretensões absolutistas.

Quentin Skinner mostra de que forma essa posição defendida por Lutero vai sendo reformulada no processo de aprofundamento dos conflitos religiosos, principalmente, no contexto das guerras religiosas na França.

Nesse contexto, opera-se um deslocamento no sentido atribuído à ideia de resistência. Dessa forma, o campo protestante passa a defender a ideia de que as autoridades instituídas podem e devem ser questionadas publicamente.

Discute-se, sobretudo, a forma dessa resistência. Todos os cidadãos têm o direito de resistir ou apenas os representantes do povo em assembleia? Nesse contexto, afirma-se o poder das assembleias como mecanismo limitador do poder dos reis, numa oposição direta às pretensões absolutistas do rei.

Não é essa a posição de Jean Bodin, que defende claramente o governo de um só frente ao governo com as assembleias.

No entanto, Jean Bodin reencontra o campo protestante ao procurar fundamentar a unidade política em outros elementos que não a religião. O acirramento dos conflitos religiosos gera certa compreensão de que o fim da guerra civil e a permanência de uma certa unidade depende de fundamentos não religiosos.

Robert Nisbet identifica no pensamento de Jean Bodin a preocupação em definir e legitimar o processo de centralização de poder operado pelos reis. Além disso, Jean Bodin teria sido um dos primeiros a atribuir à palavra nação o seu sentido moderno. Até o século XVI, o termo "nação" designava qualquer grupo reunido em torno de estatutos comuns. Assim, no território do reino de França havia inúmeras nações: as corporações, as universidades, os mosteiros, etc. Jean Bodin opera uma modificação ao falar de nação no singular e ao introduzir a ideia de nação francesa. Em lugar de inúmeras nações, uma só nação. E o que seria a nação? Essa nova unidade – a nação – só existe na sua relação com a centralização de poder. Só existe um único centro de poder em todo o território francês e que deve ser reconhecido por todos os que habitam esse território. A nação francesa é constituída por todos os súditos sobre os quais atua o poder da justiça, da tributação e da guerra, exclusivo do soberano. A nação é definida por sua relação com o poder e com o território. Nesse sentido, ela não é católica nem protestante.

O pensamento de Jean Bodin propõe um novo tipo de unidade política. Além disso, ele defende a ideia de que essa unidade só poderá ser preservada num sistema onde o rei governa sem as Assembleias, isto é, no sistema de absolutismo.

No entanto, não podemos esquecer que o pensamento de Jean Bodin é apenas uma das posições políticas existentes nesse contexto. Diversos autores defenderam as assembleias contra o absolutismo.

Se, por um lado, devemos pensar os finais do século XVI e XVII a partir da ideia de vitória dos absolutismos, por outro lado,

não devemos esquecer as diferentes manifestações contrárias a esse sistema de governo em toda a Europa. É dessa forma que José Antônio Maravall, em seu livro *La cultura del Barroco*, analisa a Espanha do século XVII, isto é, dando a conhecer as oposições ao regime oficial da monarquia.

É certo que, no século XVII, "a monarquia aumentou seu poder político. Sua definição como absoluta se aproxima, em muitos casos, da realidade" (MARAVALL, p. 87). No entanto, não se pode ignorar que sob o absolutismo se impõe um campo social conflituoso e em crise.

Estudos recentes revelaram uma imagem muito mais conflituosa do século XVI e, sobretudo, do século XVII, ainda que as tendências de oposição e os protestos tenham sido asfixiados sob o peso do absolutismo e de seu sistema social (MARAVALL, p. 98).

Maravall dá destaque a panfletos que circulavam com frequência, colocados nos muros das igrejas, em praças, nas esquinas e "até no Palácio" "maldizendo e criticando o governo e ridicularizando o rei" (p. 99). Para Maravall, o absolutismo, com todo o peso de seus instrumentos de repressão, não foi capaz de eliminar a prática da discussão política:

Esse ocupar-se de política que no século XVI havia sido próprio de conversações e escritos dos altos burocratas, letrados, cavaleiros, cortesãos, pessoas distintas, agora se generalizou, se democratizou, passou para o entretenimento comum. As pessoas falam publicamente e considerando-se com capacidade para isso, criticam a administração dos que mandam (MARAVALL, p. 102).

E o mais importante: "as críticas, com frequência, não fazem alusão apenas a um 'mau governo', mas implicam o questionamento do próprio sistema político" (p. 106).

Resposta Comentada

Para responder a essa questão, você deve saber que a formação humanística de Maquiavel e a situação política que envolvia a Península Itálica estruturaram as questões discutidas na obra de Maquiavel e a sua defesa da centralização de poder. Você deve saber também que as guerras religiosas que afetavam a França e que se espalhavam pela Europa trouxeram a Jean Bodin reflexões sobre o perigo que sofria a unidade política de seu país no século XVI.

CONCLUSÃO

O absolutismo, enquanto sistema de governo, se impõe em diferentes regiões europeias entre os séculos XVI e XVII. Ele pressupõe um longo processo de centralização de poder, em curso, na Europa, desde o século XII. No entanto, ele não pode ser compreendido como uma consequência necessária e inevitável desse processo de acumulação de poder nas mãos do rei. As assembleias constituídas dos representantes das três ordens – clero, nobreza, burguesia – haviam sido criadas, desde o século XIII, com o intuito de limitar o governo do rei, principalmente em relação aos assuntos tributários. Em certas regiões da Europa, as assembleias possuem também funções judiciárias, administrativas e legislativas, como nos casos do reino de Aragão e da Inglaterra. Para compreender a vitória do absolutismo, é preciso, portanto, levar em conta as transformações econômicas, sociais e religiosas em curso na Europa nos séculos XVI e XVII. Além disso, é preciso considerar as especificidades de cada região da Europa que deram origem a diferentes absolutismos.

Na análise sobre o absolutismo, considera-se, normalmente, a importância das ideias políticas, dos “teóricos do absolutismo”, na legitimação desse sistema de governo em toda a Europa. As ideias de Maquiavel, de Jean Bodin e de Thomas Hobbes são consideradas ou como instrumentos de consolidação do absolutismo ou como expressões da vitória inevitável e necessária desse sistema de governo. Entretanto, antes de considerá-los enquanto autores de grandes obras do pensamento político e expressões da vitória do absolutismo, é preciso analisá-los a partir dos seus próprios contextos, como atores políticos num debate de ideias envolvendo defensores e adversários desse sistema de governo. Se o absolutismo se impôs na Europa do século XVII, isso não significa a inexistência de opiniões contrárias e a ausência de conflitos. Portanto, é preciso considerar as ideias políticas a partir da dimensão conflituosa do debate político, e não como mero registro e expressão de uma posição hegemônica.

RESUMO

Esta aula tratou das diferentes maneiras de se considerar a história das ideias políticas na sua relação com o absolutismo. Mostramos o campo das ideias políticas enquanto um campo conflituoso no qual se exprimem posições divergentes e, nesse sentido, analisamos o pensamento de Maquiavel e de Jean Bodin. Além disso, a história do absolutismo foi considerada, levando-se em conta as oposições a esse sistema de governo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, acompanharemos a discussão sobre as relações entre absolutismo e mercantilismo.

Até lá!

Aula 12

Esta aula
encontra-se
em fase de
elaboração

Aula 13

Absolutismo e sociedade de corte

Ana Maria da Silva Moura

Meta da aula

Apresentar as relações entre a sociedade de ordens e a sociedade de corte e entre o Absolutismo e a sociedade de corte.

Objetivos

Ao final do estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os valores que fundamentavam as sociedades de ordens;
2. analisar as relações entre o Absolutismo e a sociedade de corte;
3. identificar e caracterizar os elementos que compõem a cultura cortesã e sua difusão na sociedade moderna.

Pré-requisito

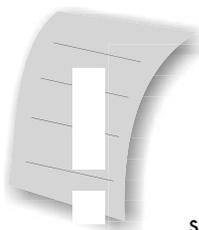
Para o aproveitamento desta aula, sugerimos que você tenha em mãos um bom dicionário de Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Atualmente, você pode observar nos anúncios das revistas, nas propagandas veiculadas pela televisão e pelas revistas impressas e mesmo nas ruas de seu bairro e de sua cidade que os produtos anunciados querem indicar que, ao adquiri-los, você se tornará diferente de todas as outras pessoas: terá sucesso, será mais bonito, conseguirá se destacar de uma multidão anônima e inferior. No mundo contemporâneo, são os *objetos*, as *coisas*, as *mercadorias* que dão marcas de distinção às pessoas e até mesmo prometem subjetividades como prazer, felicidade e sucesso. Nesse caso, você é definido pelo que tem, pelo que está na moda, por um falso senso de exclusividade das coisas que possui.

Já em nossas aulas, procuramos mostrar como as marcas de distinção social nas sociedades modernas eram diferentes. O peso da linhagem e da valorização da divisão social do trabalho era imenso. Tanto nas aulas anteriores como na de hoje, trabalhamos com sociedades organizadas em ordens; seus valores e sua hierarquização foram profundamente diferentes das nossas atuais sociedades.

Em primeiro lugar, vamos relembrar alguns conceitos já trabalhados em aulas anteriores: sociedade de ordens, Absolutismo e Antigo Regime. Veja no box a seguir:



1. Sociedade de ordens: a estratificação social em “ordens” subdivididas em “estados” (em alemão, *Stände*; em inglês, *estates*) consiste numa hierarquia de graus (“*stats*”, “condições”), distintos uns dos outros e ordenados, não segundo a fortuna de seus membros ou a sua capacidade de consumo, não também segundo o seu lugar no modo de produção dos bens materiais, mas segundo a estima, a honra, a dignidade, ligadas pela sociedade a funções sociais que podem não ter qualquer relação com a produção de bens materiais.

com a produção de bens materiais. “As ordens são dignidades permanentes e ligadas à vida dos homens que com elas são honradas...”

Portanto, toda sociedade de ordens repousa sobre um consenso, um acordo tácito, que resulta das circunstâncias em que, a certa altura, a sociedade se encontra. Esse consenso determina a função social mais importante, a que coloca um grupo social no topo da hierarquia social. Depois, o princípio de classificação subsiste, e pode subsistir durante séculos... para além das circunstâncias que presidiram seu nascimento. Para a sua perpetuação concorrem o interesse de todos em manter a ordem social, o medo dos perigos provocados por uma eventual alteração; o hábito, que torna difícil conceber uma outra ordem social; a ligação, elaborada pouco a pouco, da ordem social existente com todo um sistema de ideias que procuram assegurar-lhe uma justificação racional; a tendência do grupo dominante a fazer renascer constantemente as circunstâncias que deram lugar a estratificação social em questão... (MOUSNIER, Roland. *As hierarquias sociais*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, p. 17/18).

2. Absolutismo e Antigo Regime: Esses conceitos, usados como sinônimos, foram criados pela Revolução Francesa.

As características básicas do governo do Antigo Regime, segundo pensavam os revolucionários, eram que o rei governava com poder arbitrário e sem instituições representativas. Na monarquia absoluta, levada ao auge do refinamento no século XVII por Luís XIV... toda a soberania, toda a autoridade e todo o poder estavam concentrados na pessoa do rei; e por seu exercício ele não era responsável perante ninguém, exceto Deus (DOYLE, William. *O Antigo Regime*. Editora Ática, 1991, p. 10).

Atualmente, por meio das contribuições de inúmeros historiadores, podemos definir melhor esses conceitos e relativizar os exageros da visão revolucionária francesa. O Absolutismo pode ser definido como a esfera política do Antigo Regime. Forma de governo que, como longo processo histórico, explicitava estratégias políticas, modos de ação e criação de dispositivos de poder que redistribuíram socialmente os poderes, característico do mundo moderno. Dessas estratégias emergiram conceitos emblemáticos para os estudos modernos, como a autoridade real e o Estado moderno.

Já o Antigo Regime englobava o macrocontexto moderno, com suas sociedades de ordens, com o predomínio aristocrático, com sua economia fundamentada nos monopólios mercantis e no longo processo de centralização de poderes, simbolizado pela Coroa.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o texto a seguir:

A antiga aristocracia tinha um atitude diferente. Por gosto do luxo ou por ostentação multiplicava os criados como os **coches**. Mas não era só por vaidade: era também por dever. (...) Sobretudo, um grande tinha deveres para com seus inferiores: tinha que tomar como criada a filha da caseira, como secretário o afilhado de um parente, etc. Não se começava por verificar se havia ou não necessidade deles, mas sim se se queria ou não ajudar os seus inferiores (...) Quanto mais alto se estava colocado na hierarquia social, mais se tinha pessoas dependentes e mais se devia possuir os meios para as auxiliar. Não se podia escapar dessa lógica, uma vez que o poder de um grande se media também e sobretudo pelo número e pela fidelidade de seus inferiores (FLANDRIN, Jean Louis. Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa, Editora Estampa, 1995, p. 72).

Coches

e carruagens eram veículos de transporte que usavam cavalos como meio de tração. Conforme as distinções sociais se acentuavam, mais luxuosos se tornavam esses veículos.

Podiam ser pintados de dourado, com ricos arremates de madeira. Eram forrados em couro trabalhado, possuíam cortinas de tecidos caros e cavalos de raça que conduziam a carruagem em parêlas.

rígida e por uma etiqueta minuciosa (...) Em conseqüência de que partilha de oportunidades, de que necessidades criadas artificialmente pela configuração da sociedade, de que relações de dependência, puderam homens e mulheres reunir-se, durante gerações sucessivas, sob o signo dessa formação social de corte, da sociedade de corte? (...) Não era decerto uma escolha livre que reunia os homens de corte, que cimentava sua união, que aglutinava, depois dos pais e das mães, os filhos e as filhas sob o signo da corte. Não foi certamente também a idéia genial de um indivíduo isolado, um rei, por exemplo, que deu origem a um grupo assim estruturado (Norbert Elias, *A sociedade de corte*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 13).

A corte era, ao mesmo tempo, um espaço sociopolítico específico e um símbolo da estrutura sociocultural das sociedades modernas:

As cortes foram fenômenos históricos resultantes, também, do desenvolvimento das cidades e do Renascimento. Nas cidades, se estabeleceram a riqueza oriunda do comércio e as instituições representativas dos poderes: as grandes companhias comerciais e bancárias, as poderosas corporações locais, os palácios da alta burguesia e da nobreza. Ao longo do período moderno, os palácios reais e as sedes de sua administração fixaram-se nas cidades. Você deve lembrar, ou mesmo reler, as aulas sobre cidades e Renascimento e Absolutismo e sociedade de ordens. O enriquecimento trazido pelo comércio, as modas, os costumes e as novidades cosméticas e alimentícias oriundos dos contatos com o Oriente, com a África e com as Américas refinaram os hábitos europeus. Esses elementos tornaram-se, também, novos fatores de distinção social. As aristocracias locais, direta ou indiretamente, favorecidas pelo comércio e pelas conquistas, constroem palácios onde vivem de acordo com os ideais estéticos renascentistas: beleza e prazer; saber e riqueza, que reforçaram a sua posição no topo da hierarquia social. Artesãos altamente especializados em pintura,

arquitetura, escultura, marcenaria, ourivesaria e cozinha eram contratados para criar o espaço aristocrático de viver. Gramáticos, geógrafos, editores, tradutores trazem para essas grandes casas o saber antigo e o moderno, como ideal renascentista do Homem Completo. Cada senhoria local possuía a sua corte: os Médici e os Sforza, na Itália, ou os duques de Borgonha, na atual França, dentre muitos. Nesses espaços, circulavam a vasta parentela local, os aliados políticos, os "favoritos", as amantes, em jantares, caçadas, jogos, conversações e representações de peças teatrais. Nos "bastidores" da corte circulava um verdadeiro batalhão de serviçais, artesãos, guardas pessoais e fornecedores. Nos salões, os aristocratas. Nos gabinetes de negócios, os aliados e protegidos do príncipe. Nas salas privativas de seus contadores e banqueiros, os contratos com artesãos, o pagamento aos fornecedores, os empréstimos pedidos e os negócios econômicos e políticos que se queriam secretos.

As cortes locais tornaram-se os centros aristocráticos por excelência: prestígio e honra para o senhor local e para quem as frequentava. Quem não gostaria de frequentá-las? Com a sua presença, as pessoas reforçavam as relações de parentesco, de fortuna, de alianças com outros poderosos. As cortes tornaram-se, cada vez mais, um espaço político: ser um cortesão era reafirmar, continuamente, seu prestígio e sua nobreza. Era, também, ser sujeito e objeto de uma teia de relações de interdependência cotidianamente alimentada. Lembre-se de que a lógica da organização hierárquica em uma sociedade de ordens era fundamentada em fatores extraeconômicos: não era a riqueza, era a linhagem. A riqueza era acessível pela linhagem, e não o contrário. A sua importância era mantida pela honra acumulada, pelo prestígio social e pelas honrarias (títulos, benesses, cargos) adquiridas.

Com o secular processo geral de centralização de poder, com a emergência das autoridades reais, as cortes locais foram dando lugar "à corte", isto é, a corte cujo senhor era o rei. Mas, atenção!

Lembre-se de que esse processo tem temporalidades e trajetórias próprias. A França, a Inglaterra, Portugal, Espanha e a própria Suécia não devem ser comparadas com a Itália, a Polônia ou a Alemanha, onde as cortes locais permaneceram e correspondiam a uma trajetória política fortemente aristocrática, mas sem o predomínio real ou simbólico de uma realeza.

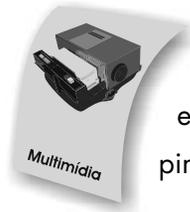
Nos chamados Estados absolutistas, a lógica interna do sistema propiciou a formação de “a corte” e do surgimento da sociedade cortesã no seu sentido estrito. Os hábitos, as maneiras, as regras de comportamento, a teia de interdependência, a procura incessante para garantir e sustentar a honra e o prestígio social, já consolidadas pelas cortes locais, foram exacerbados nas cortes reais. Elas tornaram-se o símbolo, não somente das estruturas socioculturais de sua época, mas de todos os males que representavam as sociedades aristocráticas. Sua representação máxima foi a corte do Rei-Sol, a corte de Luís XIV, no século XVII. Sua lógica se expressa pela etiqueta, sua chave de entendimento:

A etiqueta não se reduz a mero repertório do que devemos ou não fazer. É preciso que os gestos e as palavras considerados belos adquiram um sentido cerimonial, tomem a forma de um ritual quase religioso. É preciso que as boas maneiras, esta redução da **ética** à **estética**, do bom ao belo, se enraízem numa política: que a conduta valorizada seja um sacrifício prestado a um senhor, a um príncipe que governa não só o Estado como os atos dos seus membros de maior destaque.

O homem de etiqueta não é apenas uma pessoa bem educada. É alguém que expressa seus costumes de modo a tributar e obter prestígio. As maneiras servem à circulação, à atribuição de respeito; permitem valorizar os poderosos, venerá-los; a etiqueta só se compreende a partir de uma estratégia política (RIBEIRO, 1983, p. 23).

A **ética** refere-se à conduta humana, do ponto de vista do que é considerado bem ou mal.

A **estética** refere-se aos estudos sobre o que é considerado belo e às emoções que desperta.



Você pode encontrar inúmeras referências à etiqueta e à vida das diversas ordens sociais em filmes, pinturas, peças teatrais e literatura:

- Na pintura: Coleção *Gênios da pintura*, Editora Abril. Pintores da Renascença e do Barroco retrataram nobres e grandes burgueses cercados pelo luxo de suas casas e palácios; seus adornos e seus serviços. Também retrataram mercados, onde as pessoas do povo circulavam; as cidades e seus habitantes, os reis e sua corte.
- Nos filmes: embora com grandes licenças históricas, possibilitam a visualização cenográfica e de figurinos de época. *Os três mosqueteiros* (com refilmagens), *Maria Antonieta*, de Silvia Coppola, e *A outra*, de Justin Chadwick, mostram as cortes, francesa e inglesa. Sugerimos, também, o filme *A idade da inocência*, que embora passado no final do século XIX, permite que observemos a permanência da etiqueta como distintivo de classe.
- Na literatura e no teatro: São inúmeras as obras de referência: as peças de Shakespeare (século XVI), as de Molière (século XVII) e de Racine; as biografias de príncipes e de famílias, como os Médici e as de artistas renascentistas. Sugerimos ainda: *Quattrocento*, de James McKean, Editora Rocco; *Aqueles cães malditos de Arquelau*, de Isaias Pessoti, Editora 34.

O sentido cerimonial, de homenagem e tributo à honra, era sempre uma via de mão dupla: concedia prestígio a quem dava e a quem recebia. Esse sentido englobava uma enorme gama de atitudes: as palavras usadas, o tom de voz, os gestos, as roupas

usadas, as roupas (*librés*) de seus serviçais, os penteados, calçados e perucas, os arranjos de flores e os perfumes. Compreendia também os meios de transporte (cavalos e luxuosas carruagens), os palácios com seus parques e jardins, os seus fornecedores, que deveriam ser os mesmos do palácio real, a devoção e a igreja que frequentava, ou a capela real. Englobava minúcias como os lenços rendados, a baixela de prata ou ouro e a roupa de cama. Toda, mas toda a vida mesmo, foi regida por uma etiqueta própria para cada hora do dia, para cada lugar e para cada pessoa que se podia encontrar. Na verdade, a nobreza vivia mais no palácio real do que no seu próprio palácio. A busca incessante pela proximidade do rei, o que daria ampla visibilidade ao prestígio e honra adquiridos e dados, era um fim em si mesmo, era a suprema lógica da aristocracia cortesã. Na corte, o Absolutismo se expressava cruamente.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o texto a seguir:

Às oito horas da manhã, se não fixou outro momento, Luís (XIV) é acordado pelo primeiro criado de quarto, que dorme ao pé de seu leito. As portas abrem-se quando o rei já está de peruca, deixando entrar os pajens; uns vão servi-lo, outros correm a chamar os primeiros cortesãos, já à espera no corredor. O acesso obedece a estrita hierarquia; a partir deste momento se contam seis diferentes "entradas". A primeira é a "entrada da família"; além dos filhos e netos legítimos de reis (os *Enfants de France*), entram os príncipes e princesas de sangue, mais alguns cortesãos que servem ao rei no trajar-se e em sua saúde. Depois vem a "grande entrada", a dos principais *oficiais*

Comentário

Para responder, você precisa saber que a etiqueta cerimonial é um ritual que honra e prestigia a quem dá e a quem recebe. É, também, uma estratégia política a medida que concentra o valor social no senhor que a está recebendo, no caso, o rei, criando uma profunda dependência. Os governos absolutistas não governam pela etiqueta, mas ela serve como símbolo de sua autoridade suprema.

Difusão e transformação da cultura cortesã

Todas as sociedades possuem regras de convivência. Essas regras são estabelecidas pelas leis, pelos costumes e pela etiqueta. No mundo contemporâneo, a etiqueta não mais possui o peso político e as especificidades de uma sociedade de ordens, mas você ainda pode perceber os seus resquícios cerimoniais: quando nós nos dirigimos a alguma autoridade, por escrito ou verbalmente, dizemos “Vossa Excelência” ou “Ilustríssimo”. Nas sociedades democráticas, nas quais há igualdade de direitos, a etiqueta é prova de boa educação e deve atingir a todos: devemos chamar as pessoas com as quais não temos intimidade de “senhor” ou “senhora”. Saudamos pessoas, ao entrarmos ou sairmos do lugar onde estamos, com um bom-dia ou um boa-noite. Ainda hoje seguimos normas de etiqueta em todos os atos de nossa vida: ao comeremos, ao conversarmos, nas relações familiares e profissionais.

A difusão dessas normas de polidez foi-se fazendo aos poucos, desde o mundo moderno. As maneiras “de corte” foram sendo difundidas e imitadas pela pequena nobreza, pela alta burguesia e mesmo por aquela pequena burguesia formada pelos fornecedores de produtos para a corte e para os ricos burgueses. As maneiras “cortesês”, as “cortesias”, foram procuradas e desenvolvidas como formas de distinção e de poder perante outros grupos sociais.

Desde o Renascimento, manuais de boas maneiras foram escritos para a educação de crianças e adultos. Professores, preceptores e tutores foram contratados pela nobreza e, posteriormente, pelas burguesias, para ensinar as diversas etiquetas que envolviam as relações sociais. A forma de se colocar à mesa, de comer e beber; a maneira de se usar a capa, de saudar com o chapéu; a caligrafia, a dança, o canto, as formas de conversação faziam parte da formação e da distinção de cada ordem da sociedade. Dos palácios às casas burguesas, a arquitetura criou espaços específicos para dormir, para banhar-se, para receber visitas de parentes e para comer. Havia espaços próprios para visitas de cerimônia, para refeições formais, para os serviços. Os fornecedores e agregados das propriedades rurais de um nobre ou de um burguês só eram atendidos pelas entradas traseiras das casas, dando para a cozinha ou a despensa. Havia, ainda, salas e gabinetes especiais onde, dependendo da ordem social de cada um, os donos das casas recebiam seus administradores, seus alfaiates, seus ourives e seus banqueiros. A multiplicação dos espaços domésticos expressava as diversas funções sociais, de acordo com o grau hierárquico de quem recebia e era recebido. Os nomes de alguns desses espaços ainda são conhecidos por nós, embora a sua função social tenha desaparecido: salas de banho, quarto de costura, gabinete de trabalho, salas de visitas, salão de baile, sala de banquete, sala de jantar.

Você deve perceber, então, que a etiqueta no mundo moderno não era apenas uma das regras de manutenção da convivência social, como nos dias de hoje. Não eram apenas normas de educação. Eram regras bastante rígidas que expressavam a posição

de cada um dentro da hierarquia social. A difusão dessas normas servia para manter a distinção de cada grupo, com suas próprias etiquetas, com seus próprios direitos e deveres sociais frente aos outros grupos ou ordens da sociedade. A etiqueta, ao se difundir, não igualava ao contrário, reforçava a excludência social.

Além das regras de etiqueta, que distinguiam quem era quem naquelas sociedades, outras barreiras eram erguidas: as cartas de pureza de sangue, nas quais testemunhos garantiam que o possuidor não tinha “sangue infecto” (de judeus, ciganos, negros, orientais) e era de pura cepa cristã europeia; o registro genealógico, numa feira de antepassados ditos ilustres. Outra grande arma de excludência social foi o uso do ridículo e da depreciação: ridicularizar os exageros da burguesia na imitação da etiqueta cortesã, depreciar as maneiras e a cultura tradicional camponesa como manifestações grosseiras e incultas.

Foi, fundamentalmente, com a consolidação da corte e com a difusão das maneiras cortesãs que surgiu uma divisão cultural que não existia antes: a cultura erudita e cortesã e uma outra, a cultura popular, assunto de nossa próxima aula.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia com atenção o texto a seguir:

Em vinte de novembro (...) enviam-se os convites para o casamento, 150 pessoas no total (...) Dos 85 chefes de família (...) 55 pertencem a diversos ramos do comércio e a diversos ofícios artesanais (...) Ou seja, grupos da pequena burguesia (...) No interior desse conjunto (...) os convidados específicos de Felix e Thomas (o noivo e o pai do noivo) é nitidamente mais importante que o do cirurgião pai de Madlen

Comentários

a. Para responder, você precisa saber que a estratificação social consiste numa hierarquia de graus, distintos uns dos outros, mesmo dentro de uma ordem social. Você precisa saber também que há grande subdivisão das ordens, dependendo das honras e dignidades que a sociedade lhes dá.

b. Para responder, você precisa saber que a divisão dos espaços internos de uma casa, à cópia das da nobreza, passa a ter uma função social específica, que atende à importância social das pessoas recebidas. Também precisa saber que o número de serviçais, o número e a abundância das comidas oferecidas e os entretenimentos apresentados tornaram-se "cortêsias" burguesas, à imitação das hierarquias superiores.

RESUMO

A variabilidade das relações sociais que regiam as sociedades de ordens, construíram tipos de cerimônias específicas que chamamos de etiqueta social. As normas de etiqueta expressavam e representavam tanto o prestígio e a honra dos personagens envolvidos naquele cerimonial quanto as práticas de poder que permeavam a sociedade. Sua difusão e permanência revelavam, também, as regras de manutenção das hierarquias sociais e a diferenciação como fator de exclusão social.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, apresentaremos o surgimento e a consolidação de duas esferas culturais, enfatizando a da cultura popular no mundo moderno.

Aula 14

Cultura popular no mundo moderno

Cláudia Santos

Metas da aula

Apresentar as principais abordagens sobre cultura popular e analisar as expressões culturais na Europa moderna.

Objetivos

Ao final do estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os conceitos e abordagens históricas nos estudos de cultura popular no Mundo Moderno;
2. identificar as implicações sociopolíticas das manifestações da cultura popular na Idade Moderna;
3. caracterizar as principais expressões da cultura popular no Mundo Moderno.

Pré-requisitos

Para que você aproveite melhor esta aula, sugerimos que tenha em mãos um bom dicionário de Língua Portuguesa, como, por exemplo, o *Houaiss*, o *Aurélio* ou o *Caldas Aulete*. Sugerimos, também, a releitura de um boxe explicativo da nossa primeira aula, sobre o estatuto da terra no mundo medieval.

INTRODUÇÃO

A cultura no mundo contemporâneo foi percebida, durante longo tempo, por meio de uma nítida divisão: de um lado, existiria a “cultura popular”, e do outro, a “cultura erudita”. A cultura popular englobaria manifestações e expressões do povo, sempre considerado inculto e de tradição oral. Já a cultura erudita pertenceria ao mundo letrado e refinado das elites. A cultura popular foi marginalizada e vista como inferior e tosca, e seus artistas foram considerados muito próximos aos marginais. No Brasil, os ritmos populares, as peças artesanais e as festividades tradicionais de nosso povo sofreram grande discriminação. Mesmo atualmente – e apesar da grande penetração na sociedade – *rappers* e roqueiros, assim como artistas de rua, ainda sofrem discriminação. Por outro lado, o teatro, a ópera, as galerias de arte e a música clássica mantêm-se em espaços financeiramente proibitivos à maioria da população. O desconhecimento dessas manifestações culturais gera, também, uma grande carga de preconceito.

Esse tipo de divisão muito rígido, e que apresentava a cultura como dois blocos isolados, foi utilizado também para outros períodos históricos. Em nossa aula, vamos apresentar o que se entende como cultura popular no mundo moderno, como se manifestava e, principalmente, as suas relações contextuais.

Devemos considerar ainda que, quando estudamos a dimensão cultural da História, algumas de suas peculiaridades não podem ser esquecidas: a sua diversidade e a sua circularidade. Ao contrário das divisões esquemáticas, as manifestações culturais são múltiplas e circulam por toda a sociedade, influenciando e sendo influenciadas por ela. São também continuamente recriadas, alteradas, circulando pelas esferas da oralidade, da escrita, das imagens e dos sons.

Abordagens sobre a cultura popular no mundo moderno

Tradição

É a transmissão, por meio das gerações, de determinados valores, hábitos e costumes das sociedades e de seus grupos sociais.

(...) existiram duas tradições culturais nos inícios da Europa moderna, mas elas não correspondiam simetricamente aos dois principais grupos sociais, a elite e o povo comum. A elite participava da pequena **tradição**, mas o povo comum não participava da grande tradição. Essa assimetria surgiu porque as duas tradições eram transmitidas de maneiras diferentes. A grande tradição era transmitida formalmente nos liceus e universidades. Era uma tradição fechada, no sentido em que as pessoas que não freqüentavam essas instituições, que não eram abertas a todos, estavam excluídas. Num sentido totalmente literal, elas não falavam aquela linguagem. A pequena tradição, por outro lado, era transmitida informalmente. Estava aberta a todos, como a igreja, a taverna e a praça do mercado, onde ocorriam tantas apresentações.

Assim, a diferença cultural crucial nos inícios da Europa moderna (quero argumentar) estava entre a maioria, para quem a cultura popular era a única cultura, e a minoria, que tinha acesso à grande tradição, mas que participava da pequena tradição, enquanto uma segunda cultura.

Essa situação não se manteve estática ao longo do período. As classes altas foram deixando gradualmente de participar da pequena tradição, no curso dos séculos XVII e XVIII (...) (BURKE, 1999, p. 55).

Algumas questões devem ser ponderadas, a partir da citação de Peter Burke. Em primeiro lugar, a sua definição de cultura como tradição: o senso comum percebe a tradição como algo cristalizado no tempo, imóvel, mera repetição por meio das gerações. A História, que tem o tempo como objeto formal, possibilita-nos entender a tradição com a sua dinâmica própria: o tempo histórico da tradição ultrapassa, muitas vezes, o tempo do indivíduo. Por isso, somente ao longo das gerações captamos plenamente as transformações, recriações e variações de uma determinada tradição cultural. Pequenas variantes regionais e dialetais de algumas tradições costumam passar despercebidas, assim como suas transformações, quando passam para outras esferas e linguagens, como a da oralidade para a escrita ou da escrita para as imagens.

Outra questão apontada por Peter Burke está relacionada à utilização de sujeitos históricos universais, como *povo* e *elite*. Quem é o povo na Idade Moderna? Quem é a elite? Será que o pequeno proprietário rural ou o camponês possuem a mesma cultura que o artesão ou o pequeno comerciante das cidades? Será que a burguesia citadina possui a mesma tradição cultural da alta nobreza eclesiástica? Para responder a essas questões, será necessário conhecermos um pouco do panorama cultural europeu moderno.

Você já leu, nas aulas anteriores, que a Europa moderna apresentava uma enorme variabilidade política. Cidades livres republicanas, cidades imperiais, reinos e o Sacro Império. Os seus territórios, isto é, o espaço subordinado a estas cidades, reinos e Império, eram continuamente alterados pelos resultados de guerras e alianças, assim como pelo seu desenvolvimento econômico e populacional. Nesses territórios, podiam predominar o aspecto rural ou o urbano, assim como podiam possuir vastas áreas não ocupadas. Esta variabilidade política e territorial era acompanhada pela variabilidade cultural, a começar pelas línguas faladas. Não era raro que em cada aldeia, dependendo dos fatores históricos de sua formação, fosse falado um **dialeto** diferente ou que uma região tivesse, apesar de uma formação comum, uma enorme variação dialetal.

Dialeto

Variedade local ou regional de uma língua. Nos dialetos, pode acontecer uma total transformação da pronúncia, do significado e do uso das palavras e enunciados. Por exemplo: no centro-sul do Brasil, a palavra *montaria* refere-se aos animais de transporte: cavalos, mulas etc. Em algumas regiões da Amazônia, *montaria* é a canoa.

O aldeão era identificado pelo seu dialeto, mas o seu senhor, a nobreza ou o grupo eclesiástico local, apesar de falar o dialeto, por formação falava o idioma oficial da corte, ou mesmo o latim, que era uma espécie de língua universal das elites letradas. Por exemplo: Na Inglaterra, existiam inúmeros dialetos, dentre os quais o anglo-saxão e o gaélico, mas a linguagem da corte era o francês normando.

Essa elite, cada vez mais letrada, se bem que lentamente, tornaram-se os chamados agentes culturais intermediários, isto é, transitavam entre as tradições culturais e, conscientemente ou não, estabeleciam trocas culturais entre elas. Ao longo da idade moderna surgiram outros agentes intermediários, principalmente padres missionários da chamada Contrarreforma e agentes administrativos, a burocracia dos reinos, os andarilhos e os vários desalojados das regiões de origem. Nesse sentido, de intercâmbio e transformação das tradições, as cidades têm um papel importantíssimo. Povoadas por levas contínuas de indivíduos das mais variadas regiões europeias, as cidades eram um cadinho de tradições culturais e dialetais. No contato direto, no espaço estrito dos muros e termos das cidades, grandes modificações linguísticas e de representações culturais eram postas em marcha. São as culturas urbanas, cidadinas, que embora possuindo enorme variabilidade originária, criaram novos perfis culturais, cada vez mais distantes dos focos que lhes deram origem, em geral as culturas aldeãs. Nos estudos das cidades modernas, o historiador pode perceber mais claramente a aceleração no tempo das tradições, sua dinâmica e seus deslocamentos.

A variabilidade cultural também era explicitada por um conjunto de tradições que, diferentes para cada local e região, abarcavam a cultura material, as crenças, os valores, os hábitos que regulavam a vida e a morte e que eram peças fundamentais na construção da identidade dos indivíduos, nos campos e nas cidades. As casas e cabanas aldeãs, assim como as casas, castelos e palacetes citadinos, variavam no material da construção, na forma e na função dos aposentos, mas sempre iguais em cada região. Os fornos e as lareiras variavam de meros buracos no chão aos

fogões de tijolos esmaltados nas cozinhas, mas sempre seguindo a tradição local. Cada região, aldeia ou cidade tinha os seus próprios modelos de vestuário. Você nem precisaria perguntar a origem de uma mulher, quando ela se apresentava sempre vestida com a alta e pontuda coifa (touca) bretã (da região da Bretanha francesa), ou os tamancos de madeira da Frísia (antiga região da Holanda). Todas usariam a mesma touca ou o mesmo tamanco. Em pleno século XVII, na corte de Luís XIV, quando da recepção da embaixada moscovita, causou espanto, mas também serviu de identificação, o uso de gorros de pele enfiados até quase o nariz e as grandes barbas formais de todos os moscovitas presentes.

Dentro mesmo dessas enormes variabilidades culturais no continente europeu, temos também, por outro lado, unidades culturais. Unidades essas descritas pelo historiador E. P. Thompson e dadas pelos costumes em comum, pelas tradições que uniam certos grupos de aldeias ou regiões.

Peter Burke enfatizou o século XVI e o XVII, apresentando um panorama geral europeu. Sua contribuição é importante na medida em que o aluno necessita conhecer quais eram as formas culturais, as suas variabilidades locais e regionais no contexto europeu moderno. Também é importante a sua análise de modelo de “cultura popular”, assim como ao cuidado tido frente à universalização do sujeito.

Thompson ocupou-se, prioritariamente, do século XVIII, expandindo-se ao XIX, na Inglaterra, períodos de enormes transformações tanto na esfera política quanto no mundo do trabalho. Vejamos o que ele nos diz sobre cultura popular:

É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes. O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura seguindo normas vindas de cima, a alfabetização

suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos era assim que se supunha (...).

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistemas de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados” (...). Nesse ponto as generalizações dos universais da “cultura popular” se esvaziam, a não ser que sejam colocados firmemente dentro dos contextos históricos específicos (...).

No estudo desses casos (apresentados no livro), espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, “a cultura popular é situada no lugar material que lhe corresponde” (THOMPSON, 1998, p. 15-17).

Thompson trouxe uma nova dimensão aos estudos sobre cultura, principalmente aquela chamada de plebeia ou popular. Não mais apresenta a cultura, descritivamente, como um determinado conjunto de hábitos e costumes que permaneciam no tempo, mas procurando entendê-la como parte ativa das relações sociais, não

esquecendo as condições políticas (relações de poder) e as condições materiais que interagem com os aspectos culturais de um povo. As identidades, estruturadas pela cultura e pelo seu código de valores, e que se expressam em “atitudes” e representações, ordenam (isto é, dão uma determinada ordem) o mundo e o torna inteligível ao homem. É nessa determinada ordem que o homem se posiciona e entende a sua função no mundo. As rupturas históricas e as crises, que são o rompimento dos modelos e padrões estabelecidos, podem destruir essas identidades, porque o mundo não mais responde pelos antigos padrões estabelecidos. É nesse sentido que Thompson entende a cultura:

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes (...) mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência (THOMPSON, op. cit., p. 17).

A partir de Thompson, os estudos de culturas tornaram-se também estudos sobre as resistências e as identidades políticas envolvidas na dimensão cultural da sociedade. O painel de passividade e “atemporalidade” que conceituavam a “cultura popular” deram lugar, nos estudos históricos, ao conjunto de relações tensas e dinâmicas às quais a cultura pertencia.

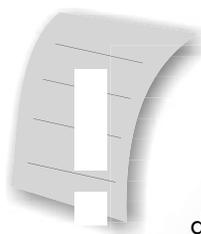
Ao utilizarmos Thompson para o início do mundo moderno, podemos verificar a importância de sua contribuição. O início da idade moderna tornou-se um mundo no qual o tempo histórico foi acelerado, com muitas mudanças. A antiga ordem do mundo era abalada constantemente: novas terras e sociedades foram descobertas, com elas o saber teológico balançava; a forma e o tamanho do mundo se alteraram. O maravilhoso e o monstruoso

invadiram as feiras, as aldeias, as cidades, por meio de reais ou imaginadas façanhas contadas por marinheiros e falsos viajantes. Um mundo onde se podia escapar da servidão da gleba, ser livre. As cidades permitiam conhecer mais pessoas e costumes do que todos os ancestrais isolados em aldeias e cantões. Mas isto significou também novas formas de exploração, novas formas de coerção política e econômica e a perda das redes de proteção tradicionais dadas pelo reconhecimento identitário local e regional.

Ao utilizarmos um determinado conjunto cultural, seguindo Thompson, podemos tornar mais claro o campo das relações sociais que foram alteradas tanto em regiões rurais quanto nas cidades, frutos das modificações nos ritmos e nos modos de trabalho, nas relações entre o homem e a terra e nas relações de dependências pessoais que passaram a ser monetarizadas. Nas aulas anteriores, especialmente nas Aulas 3 (Cidade e Renascimento), 4 (Expansão Comercial) e 7 (Estruturas Agrárias), acompanhamos essas alterações. Podemos entender também que a permanência de determinados conjuntos da cultura tradicional popular pode ser analisada como núcleos de defesa e resistência em relação às formas impositivas de mudanças. Como exemplos, podemos citar a antiga festa do “carnaval dos loucos”, na qual toda a hierarquia social é subvertida. O rei seria o “idiota da aldeia”; o bispo seria representado por um burro; a representação do papel social masculino e feminino seriam invertidos. A crítica aos costumes e à opressão era explicitada nessa festa. Outro exemplo: a imposição do cristianismo no campo não impediu que a camponesa deixasse a primeira tigela de leite para “o povo miúdo” (duendes), aquele que protegeria realmente a propriedade. Estes dois exemplos foram indicativos do campo de tensão de uma determinada cultura em luta explícita ou escondida com outros interesses e outras dominações com outras crenças e outras verdades.

O historiador Johann Huizinga, no livro *Homo Ludens*, apresenta a cultura em seu aspecto lúdico, de divertimento e, principalmente, de jogo. Mas assinala que, ao utilizarmos a teoria

dos jogos para entender a cultura, podemos perceber o lúdico como linguagem e dispositivo específico nas relações sociais. O lúdico não seria mero divertimento alienante e alienado, mas uma das formas de expressões da sociedade. A linguagem, as maneiras de viver em sociedade, a troca e o poder têm componentes lúdicos que permitem aos atores sociais “jogarem” os seus papéis, mas também promoveram reações e alterações em dada estrutura social.



O afastamento cada vez maior da burguesia e nobreza das tradições populares ou plebeias representou a consolidação, também cada vez maior, da concentração de renda e poder e do consequente acesso aos frutos dessa riqueza: monopólio do saber letrado e dos altos cargos administrativos da vida política e eclesiástica; a propriedade exclusiva de produtos raros para alimentação, adornos e habitação. Esse afastamento, entretanto, não significava desconhecimento. Como as mulheres da nobreza e da burguesia não amamentavam os seus filhos, muitas vezes a criança era também alimentada culturalmente por suas amas de leite, em geral aldeãs. Cercadas de criados oriundos das camadas iletradas da população, as crianças recebiam e partilhavam desta herança cultural popular até a sua alfabetização e o seu preparo para as funções condizentes com o seu nascimento e fortuna.

Comentário

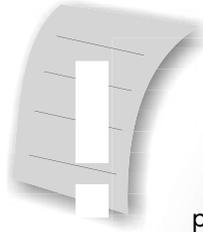
Para responder, você precisa saber que em ambos os historiadores citados há a preocupação de apontar a diversidade cultural, regional e social de caracterizar cada grupo de agentes históricos e culturais. Em segundo lugar, você deve saber que, enquanto Burke pensa a cultura moderna como dois grandes conjuntos de "tradição" e as desenvolve a partir da maneira como elas se expressavam. Thompson pensa a cultura como campo de luta nas relações entre as ordens sociais, e é essa tensão que dinamiza e dá expressão às culturas.

Os espaços públicos e a cultura popular

Nos espaços relativamente restritos das herdades rurais e das cabanas camponesas, o historiador pode acompanhar o universo da cultura material: as formas de moradia, os utensílios e adornos domésticos, o mobiliário, a comida e as ferramentas de trabalho em cada região. Pode também acompanhar de quais maneiras essa cultura material sofreu alterações, na medida em que algumas parcelas da população puderam partilhar do enriquecimento e da diversificação cultural geral, ao longo da Idade Moderna, como foi o caso de camponeses proprietários de terras na Inglaterra do século XVI:

No passado um camponês e sua família dormiam no chão, e "uma tigela de madeira e uma panela ou duas compunham todos os seus bens"; mas no final do século XVI, o agricultor podia ter uma bela guarnição de estanho em seu guarda-louça (...) três ou quatro colchões de pena, muitas colchas e tapetes, um saleiro de prata, uma grande taça para vinho (...) (BURKE, 1999, p. 268).

Na Idade Moderna, os chamados **espaços públicos** eram aqueles onde todas as camadas da população transitavam e podiam neles permanecer, independente da sua ordem social, como feiras, mercados, igrejas, tavernas e praças. As distinções sociais, entretanto, ficavam visíveis pelo tipo de lugar que o indivíduo ocupava nesses espaços: os objetos de luxo e seus compradores ficavam nos melhores espaços das feiras e mercados; as famílias importantes, nos bancos à frente dos altares nas igrejas, e os muito pobres, nos fundos e em pé; os senhores, próximos ao grande fogo da lareira nas tavernas, com direito a quarto e colchão, e seus cavalos em cocheiras abrigadas; os camponeses e artesãos, em bancos espalhados pela sala, onde dormiriam mais tarde, ou eram abrigados na cocheira mesmo.



Cabe lembrar que essa grande melhoria atingia pequenas parcelas populacionais com grandes variações regionais. A esmagadora maioria permaneceu imersa na grande pobreza e o historiador não pode confundir a tradição na esfera da cultura material com a pobreza, que só permitiu às gerações o uso de poucos utensílios produzidos em casa, porque não havia condições de compra e utilização dos mesmos materiais, pouco valorizados no mercado, da mesma forma que seus ancestrais.

Nos **espaços públicos**, as expressões culturais populares e modernas tornavam-se visíveis e coletivas.

Mercados, feiras e praças

No mundo contemporâneo, o *mercado* é quase uma abstração. Falamos em mercado financeiro; se tal ou qual atividade – ou mesmo uma profissão – tem mercado para crescer; da crise do mercado imobiliário. Para o homem moderno, o *mercado* é algo concreto: um espaço da cidade que concentrava, permanentemente, todas as relações de compra e venda. Nesse espaço, o artesão pobre oferece seus produtos em uma banca. O rico burguês, em lojas ou armazéns. Já as *feiras*, tanto podiam ocorrer nas cidades quanto nas aldeias. De marcada tradição medieval, a feira transformou-se, aos poucos, em *mercado*, acompanhando o crescimento das cidades (você pode relembra, relendo a Aula 3). O nome *feira* continuou a ser adotado em regiões rurais, significando o espaço de troca semanal, em geral aos domingos, entre as aldeias. Também, em algumas cidades, a grande *feira* originada no final do medievo manteve-se como tradição, ligada tanto às comemorações do calendário cristão quanto às necessidades da troca.

As praças sofreram processo análogo ao das feiras: dos terrenos comunitários nas aldeias ou pátios de terra batida em frente às igrejas e capelas até aos esplêndidos jardins renascentistas, foi mudando de forma e função. Nas aldeias, as praças permaneceram usadas pelas feiras semanais e pelas comemorações comunitárias. Nas cidades, que se enriqueciam e se tornavam unidades políticas, as praças tornavam-se símbolos do exercício do poder. Na praça principal da cidade, ficavam as fontes ornamentais, a estatuária, os jardins e os palácios da nobreza, que a circundavam. Era nessa praça, entretanto, que as reivindicações e os levantes contra os poderosos se manifestavam, assim como as festas cívicas e as comemorações da cidade aconteciam e, até mesmo, as grandes punições, como os **autos de fé** e decapitações.

Os **autos de fé** eram grandes cerimônias que podiam durar dias inteiros, quando aqueles considerados hereges e bruxas eram queimados vivos em grandes fogueiras, ou que exemplos de “arrependimento” de heresia eram mostrados.



Figura 14.1: Charlatões (artistas) apresentam-se na Praça de São Marcos, em Veneza, em 1609.

Fonte: Londres, British Library, in Peter Burke, op. cit. Anexo de gravuras.

Com o crescimento das cidades, várias praças são organizadas. Em regiões mais pobres, sem fontes ornamentais ou jardins, mas com chafarizes e pequenos mercados de produtos especializados (mercado da carne, do feno, do peixe, do couro). Algumas passam a ter uma função fixa: a praça da força ou a praça do pelourinho.

Nos mercados e feiras, as barracas, oficinas, tendas e bancadas misturavam-se e espalhavam-se. Artesãos, burgueses, camponeses e nobres locais viam as novidades à venda, estabeleciam contratos de compra e entrega de mercadorias, faziam encomendas de produtos e serviços, discutiam preços, trocavam moedas de várias regiões e compravam comida e bebida para ali mesmo serem consumidas. Crianças corriam, mendigos pediam e ladrões roubavam. Uma grande agitação caracterizava esse espaço.

Nas praças, a multidão, quando não em revolta, era a plateia para grandes cerimônias punitivas, festas religiosas ou profanas. Mas a agitação também era grande, com vendedores ambulantes de relíquias dos santos, vendedores de “lembranças” daqueles que seriam punidos, soldados, ladrões; enfim, uma festa!

São esses os espaços ocupados também pela cultura popular. Atraídos pela quantidade de pessoas, negócios e dinheiro, andarilhos, ciganos, músicos, prostitutas, atores, pelotiqueiros, pregadores, contadores de histórias, vendedores de relíquias e de remédios milagrosos vinham oferecer os seus serviços e produtos. Essa aglomeração constante e agitada era vista como um perigo pelas ordens sociais dominantes: a chegada de estrangeiros (estranhos ao local), perigosos pelos seus costumes diferentes; a circulação de notícias sobre acontecimentos políticos, sem controle das autoridades; a fuga ao trabalho produtivo; o ócio e a bebedeira nas tabernas.



Figura 14.2: Uma das "irmãs de Courage" na profissão de meretriz itinerante: a mulher do acampamento. Xilografia de Urs Graf.



Figura 14.3: Prostitutas de feiras e acampamentos e o interior de uma taberna.

Fonte: Geremek (1995). Anexo de gravuras.

Os “espetáculos” eram populares. Neles, você apreciaria acrobatas, uma briga entre ursos e cães, apresentação de pessoas deformadas, bufões (palhaços) e malabaristas. O espetáculo teatral também era muito procurado: eram encenadas histórias da tradição oral; vida de santos; comédias que ridicularizavam a nobreza e a burguesia, pondo em destaque a esperteza do camponês ou do criado. O teatro começou a ter lugar fixo na cidade e era popular, embora também frequentado pela nobreza. No século XVI, Shakespeare e Marlowe disputavam plateia no teatro O Globo, na Londres de Elisabete I. Era uma plateia muito diferente da de hoje. Naquele tempo, os espectadores falavam com os atores, participavam da peça, comiam e bebiam enquanto assistiam às cenas e jogavam os restos no palco quando não gostavam. Muitas vezes as peças eram refeitas, entre uma apresentação e outra, à vontade do público.

Pregadores e contadores de história também disputavam os ouvintes e as moedas oferecidas. As histórias de milagres eram muito apreciadas e, por isso, muito usadas pelos frades itinerantes nas pregações populares. Outra predileção, os formidáveis castigos e as penas do inferno. O maravilhoso das lendas tradicionais era retomado nas histórias sobre os novos mundos descobertos: terras onde os pães cresciam nas árvores e penas nas cabeças das pessoas. Sempre se ganhava uma moedinha pelo sermão purificador ou pelo maravilhoso tão distante.

Nesses espaços, as tradições, oral e letrada, se encontravam, perpetuando seus códigos básicos, mas também com ampla circularidade, que propiciava a contínua dinâmica das culturas. Produções da cultura letrada, como as de Shakespeare, circulavam por meio da oralidade teatral, assim como a dos evangelhos no sermonário (conjunto de sermões) popular dos pregadores. Contos populares passavam à esfera da escrita e, de novo, à oralidade, quando lidos por declamadores, jograis e poetas de feira.

O contexto político e social, as reivindicações populares e o seu modo de vida eram expressos nessas “tradições”. Personagens

que se perpetuavam, como o camponês ou artesão pobre que alcança a riqueza e um casamento real; objetos mágicos que sempre forneciam comida em abundância para toda a vida; o nobre malvado e o padre terrível; o diabo tentador e o “povo miúdo” da mitologia pagã que ajudava os pobres. A fome, o medo, a subordinação perpétua, as punições sem fim, a resistência de antigas crenças eram as condições de onde saíam os heróis dos contos populares. Heróis, não por feitos de força, mas por feitos de astúcia, de esperteza e, por meio deles, invertiam os papéis sociais e fortaleciam um tipo específico de saber, o “popular”.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o texto a seguir:

Como outros nômades, esses viajantes nem sempre tinham boa fama entre gente mais sedentária. Os filhos dos músicos alemães eram tidos como *unehrlich*, “sem honra”, e portanto sem o direito de se elegerem membros das guildas, assim como os filhos dos carrascos e coveiros (...). Os artistas ambulantes, muitas vezes eram vistos como mendigos e às vezes ficava difícil distinguir entre o cantor profissional em decadência e o mendigo que cantava e tocava, por não poder mendigar a caridade sem perder o respeito de si próprio. De qualquer forma, essa distinção dificilmente teria sido significativa para os magistrados, membros sedentários das classes altas preocupados com as virtudes da ordem e do trabalho árduo. Suas atitudes se refletem na famosa lei inglesa para “a contenção de vagabundos”, aprovada em 1572, que juntava indiscriminadamente “todos os esgrimistas, donos de ursos amestrados, tocadores comuns em interlúdios e menestréis (...) todos os malabaristas, bufarinheiros, latoeiros ambulantes e pequenos mascates”, proibindo-os de “perambular”, sem autorização de dois juízes de paz (BURKE, op. cit., p. 123).



Figura 14.4: Um violonista no tronco: os artistas ambulantes eram muitas vezes tratados como vagabundos. Gravura de uma coleção inglesa de baladas.

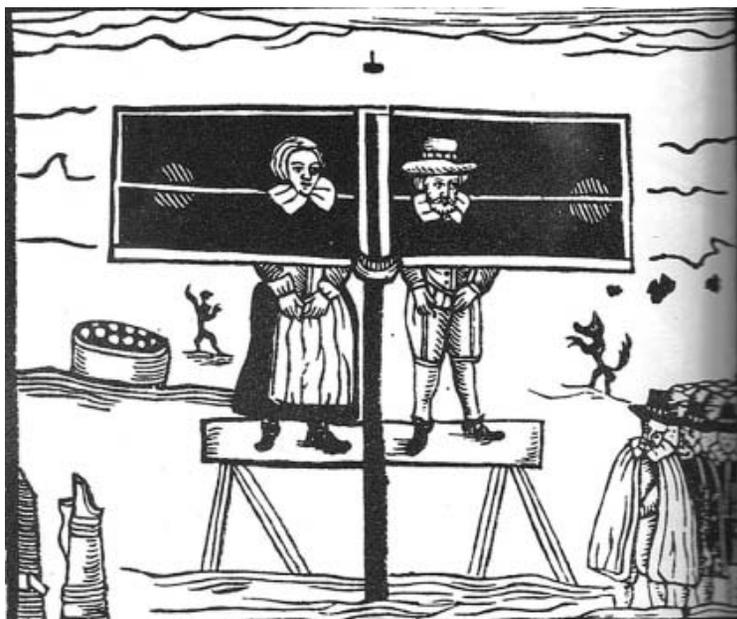


Figura 14.5: Punições para artistas ambulantes e para "superstições" camponesas.
 Fonte: Geremek (1995). Anexo de gravuras.

Analise o texto, destacando as seguintes questões:

- Na sociedade de ordens, como foram classificados os artistas populares.
- A extrema mobilidade espacial dos variados artistas e o porquê dessa mobilidade.
- Por que foram considerados perigosos para a ordem da sociedade e do trabalho.
- Que medidas foram tomadas para o controle da presença de artistas e artesãos ambulantes.

Comentário

Para responder, você precisa saber que em uma sociedade de ordens as funções sociais são definidas pelo nascimento e que a rede de proteção de cada ordem está estabelecida localmente pelo parentesco e pelas associações profissionais (guildas). Você precisa saber também que as apresentações populares em feiras e festas geram uma grande tensão social, além de serem vistas como perigosas à paz da sociedade. Sugerimos a releitura da Aula 9, sobre sociedade de ordens.

As festas

Como não podia deixar de ser, estes divertimentos populares, estas vastas reuniões de multidões provocam com frequência, em relação à paz e à ordem, situações ambíguas ou perigosas: os perigos antecipadamente sabidos dos jogos guerreiros, mas também os que surgem pela mera presença de estrangeiros e duma promiscuidade maior entre homens e mulheres de condições muito diferentes, por exemplo. Sem falar, claro, da excitação do momento e das bebedeiras já que, sempre, vinhos e cerveja são generosamente distribuídos, à discrição, nas fontes e à entrada dos palácios dos grandes burgueses. Sem falar ainda nos incêndios provocados pelas fogueiras e fogachos que ardem um pouco por toda parte. É bem

sabido: é no dia de festa que a cidade fica mais vulnerável, menos bem guardada. Surgem então as palavras indecentes, as injúrias provocantes, escolhidas a dedo, os desafios; logo o sangue corre. De maneira mais geral e mais perniciosa, em relação a um determinado estado social, para o equilíbrio de uma paz frequentemente muito precária, nesses dias, os costumes alteram-se radicalmente: autorizações, indulgência ou licença. São principalmente os bailes que proporcionam excelentes oportunidades para provocações, danos nos quadros sociais e familiares firmemente instituídos: dança-se nas ruas e nas praças, à frente das igrejas e dos palácios. As mulheres e moças de boas famílias saem para a rua (...). Os próprios homens da Igreja participavam nessas fantasias (...) (HEERS, 1987, p. 21-22).

As festas populares no mundo moderno têm, quase sempre, componentes híbridos. Festas religiosas do calendário cristão deixavam aflorar antigos costumes pagãos. O contrário também era verdadeiro: antigas festas pagãs, como as de celebração da colheita ou do início da primavera, foram “cristianizadas”. Festividades rurais são introduzidas na cidade e transformadas em grandes carnavais e suas raízes esquecidas. Havia uma grande galeria de personagens, conhecidos por todos, que se apresentavam e “jogavam” os seus papéis sociais, ao contrário: a criança, como “o inocente” que passava a ter qualidades de realeza, mas também de peça de sacrifício; o louco, rei ou bispo por um dia, cujo “governo” deveria ser o mais irracional possível e todos deviam obedecer às suas ordens mais loucas; padres que vestem-se de reis e duques; burros que são paramentados como grandes figuras da Igreja; homens vestidos de mulheres e mulheres que apresentam-se dominando seus maridos. Subversões exageradas, grotescas, mas permitidas.

Esses personagens invadiam e ocupavam os espaços do sagrado, como as igrejas, inclusive o altar; invadiam os espaços do poder nos palácios e praças principais. A ordem social era subvertida e dessacralizada, por isso as festas apresentavam um alto teor de tensão social.



Figura 14.6: Detalhe da pintura *O combate do carnaval e da Quaresma*, de Pieter Bruegel, o Velho. 1559.

Fonte: Eco (2007, p. 148).

Os grupos de poder e as elites sociais responderam por meio da apropriação e transformação dessas festas e carnavais: as máscaras grotescas, que satirizavam altos personagens simbólicos da opressão, foram substituídas por máscaras belas e delicadas e em materiais preciosos, usadas pela nobreza; as batalhas de restos de comida, de paus e pedras, foram transformadas em batalhas de flores; as procissões debochadas das confrarias de loucos passaram a ser compostas por belos desfiles das ordens sociais. As festas e carnavais foram mais um dos tipos de afastamento dado entre as ordens da sociedade.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Leia com atenção os textos seguintes:

Nas suas tentativas de se contrapor as heresias de Lutero e Calvino, os bispos reunidos em Trento lançaram vários decretos para a reforma da cultura popular (...) declararam: "Na invocação dos santos, veneração das relíquias e uso sagrado das imagens, toda superstição deverá ser removida, toda a busca imoral de ganho eliminada e toda a lascívia evitada, de modo que as imagens não serão pintadas ou enfeitadas com encanto sedutor, nem a celebração dos santos e a visita às relíquias serão pervertidas pelo povo em festividades turbulentas e bebedeiras, como se as festas em honra aos santos se celebrassem com orgias e não com um senso de decência" (BURKE, op. cit., p. 243).

De tal maneira reencontramos, nitidamente inscritos nos temas iconográficos e suas motivações, nos confrontos na praça pública, os problemas éticos e sociais levantados pela grande festa burlesca, nascida de uma liturgia religiosa, ainda marcada por ela. Era novamente a oposição total entre as práticas populares, ingênuas, (...) e o travão que em nome de uma religião mais despojada, mais etérea, mais espiritual,

social excludente, com um sistema de exploração do trabalho mantido pelas relações de subserviência; por outro lado, a necessidade de tornar visível o entendimento das injustiças sociais, nem sempre para alterá-las, mas para mostrar que se entende o desequilíbrio social e as alterações no mundo do trabalho.

RESUMO

A cultura popular na Idade Moderna é um universo diversificado e rico. Sua variabilidade estava diretamente ligada aos contextos históricos locais e regionais. Para o historiador, é um largo campo de investigação nos seus aspectos materiais e de valores que permitiam o entendimento do mundo e a crítica à ordem desse mundo. As relações, as tensões, as permanências e as dinâmicas sociais estavam presentes nas inúmeras manifestações da cultura popular.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos analisar e caracterizar a chamada arte renascentista.

Aula 15

A arte renascentista

Ana Maria da Silva Moura

Meta da aula

Analisar os fundamentos e o desenvolvimento da arte na Renascença.

Objetivos

Ao final do estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as bases do pensamento renascentista;
2. analisar a importância social da arte renascentista e a sua relação com o mecenato;
3. identificar as características das artes renascentistas.

INTRODUÇÃO

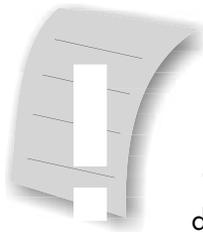
Você, com certeza, conhece e até participa de várias expressões artísticas contemporâneas. Ao assistir a um filme ou ler um livro, ao sair para dançar ou assistir a um *show* de determinado músico, ao visitar espaços públicos, você está em contato com o cinema, a literatura, a dança, a música e a arquitetura como expressões artísticas. O mundo da arte não está desvinculado de nosso cotidiano, embora algumas de suas manifestações sejam preservadas em espaços especiais, como museus e exposições. Nesses lugares, você aprecia pinturas, esculturas, joias, vestuários, louças, armas, móveis, enfim, objetos que mostram a procura do belo e da harmonia em tudo que o Homem faz. No mundo contemporâneo, temos também os espaços especiais preservados para as ciências, já que atualmente a ciência está separada da arte, o que não se dava no mundo moderno. Ciência e arte, no mundo moderno, eram inseparáveis, ambas representavam a destreza, o engenho e a busca pelo conhecimento.

Vejamos então, o que embasava a cultura renascentista.

Os fundamentos da Renascença

O termo renascimento se refere ao retorno ideal às formas da Antiguidade clássica enquanto verdadeira fonte da beleza e do saber. O período histórico que se acreditou merecedor de tal nome cultivava a leitura dos clássicos gregos e latinos em busca de uma linguagem que fosse universal, recuperando os modelos e as regras da arte antiga. Os intelectuais se dedicavam ao estudo da gramática, retórica e dialética, exercitando-se segundo os modelos mais elegantes da Antiguidade, em particular o latim neoclássico. Ao grande desenvolvimento de tais estudos, designados *studia humanitatis*, deu-se o nome de Humanismo. Seus protagonistas, os humanistas, foram a vanguarda da grande transformação cultural chamada Renascimento (BYINGTON, 2009, p. 7).

Os marcos temporais da Renascença foram de meados do século XIV ao século XVI e tiveram seu início nas ricas cidades mercantis italianas (você pode reler as aulas sobre Cidades e Renascimento e sobre Humanismo, Ideias Políticas e Absolutismo). Das cidades italianas, o movimento humanista e suas artes expandiram-se pela Europa, criando novos centros e construindo novas manifestações do saber e da arte adaptadas às culturas europeias locais. Assim, tivemos o renascimento francês, o renascimento português, o renascimento dos Países Baixos etc.



O termo Renascimento foi cunhado em sua própria época e foi gerado pelo entendimento que os estudiosos daqueles séculos tinham da História. A Antiguidade, isto é, a cultura greco-romana, foi considerada uma época de esplendor para o senso de beleza e harmonia das formas, assim como o do saber filosófico, das letras e da retórica. O período imediatamente posterior, que ficava entre a Antiguidade e os séculos XIV e XVI, foi denominado Idade Média e considerado de decadência, de trevas e obscurantismo para a arte e o saber. Caberia um movimento de retorno aos modelos da Antiguidade, restabelecendo o brilho da civilização europeia. Daí o termo *Renascimento*.

Evidentemente, o período que hoje denominamos Idade Média não se constitui em séculos de trevas e ignorância, conforme você deve conhecer e lembrar pelas aulas que abordaram o período medieval. Nos séculos entre o final do Império Romano e o início da Medievalidade, houve uma profunda alteração na maneira de pensar e representar a Antiguidade. Os deuses e heróis antigos eram

considerados, pelos filósofos latinos tardios, mais como forças da natureza do que representações teológicas. Já os padres cristãos os encaravam como forças maléficas e diabólicas que deveriam ser exterminadas do pensamento e da cultura humana. Entre essas duas tendências, processou-se uma série de transformações. Muitos dos deuses, filósofos e heróis da Antiguidade clássica misturaram-se entre fantasia, mito e realidade adulterada. No geral, houve uma “cristianização” e fabulação desses personagens.

Retomar o conhecimento greco-romano foi também outra alteração de pensamento, uma nova maneira de entender e representar aquele período, aquela civilização, e era a isso que se denominava de *o projeto do Renascimento*.

Vejamos os principais fundamentos do saber e das artes renascentistas.

A mimesis

Considerando o Renascimento como um movimento que desejava recuperar as glórias das formas e dos saberes da Antiguidade, podemos entender a grande importância da **mimesis**, isto é, do princípio da imitação. Imitar as formas e os discursos da Antiguidade era, também, valorizar o legado greco-romano, dando-lhe um valor moral. Esse legado, imitado por ser considerado exemplar do que era tido como o melhor da humanidade, criou uma estética renascentista. Nas letras, foram atitudes exemplares de guerreiros, filósofos, governantes que davam o tom. O valor do exemplo era absoluto. Nas artes figurativas, o princípio da imitação era aplicado e entendido em relação à natureza e ao real do cotidiano das pessoas. Esse mesmo princípio da natureza como fonte de inspiração passa a ser utilizado na construção do que chamamos hoje de ciência. Entender como funcionava o mundo físico (a natureza) desenvolveu a astronomia, a geografia, a cartografia e o conhecimento do corpo humano. Naturalmente, essas novas atitudes nem sempre foram consideradas “honestas” pela Igreja e pela Inquisição.

Mimesis

(Ou mimese). Figura do discurso que consiste no uso direto da imitação.

O engenho

O segundo fundamento é um grande elemento dinamizador da imitação. O engenho era a maneira ou técnica (habilidade e destreza) de se fazer algo, em geral com características de novidade. Segundo Elisa Byington (op. cit., p. 15), Vasari, autor de *Da vida dos mais célebres arquitetos, escultores e pintores*, em 1550, definia os pressupostos da “arte moderna” como “imitar com invenção nova”. Isso significava que imitavam-se os princípios e as ideias dos modelos da Antiguidade, não como iguais, mas como semelhantes, e era na ideia de semelhança (ou similitude) que se localizava o espaço para o engenho, para as inovações.

A crítica

A crítica, o terceiro princípio, foi um dos frutos das buscas e retomadas dos modelos da Antiguidade clássica. A gradual difusão, na Europa, das obras de filósofos, de gramáticos, de poetas e de dramaturgos gregos e romanos gerou intensos estudos linguísticos. Academias foram fundadas para os estudos do grego e do latim clássicos, em contraposição ao latim considerado “bárbaro” das sociedades medievais. Os escritos medievais, cuja maioria era produzida pelos agentes letrados da Igreja, começaram a sofrer uma revisão linguística e, como uma das consequências dessas revisões, de conteúdo. Vários documentos fundadores de propriedades e poderes eclesiásticos começaram a ser contestados como falsos, tanto na forma quanto no conteúdo. Era o início da crítica histórica. Naturalmente, esses gramáticos foram considerados suspeitos pela Igreja. Mais ainda: o próprio ordenamento do mundo e da natureza, segundo a visão da Igreja, começou a sofrer tanto a crítica linguística quanto a crítica dada pela experimentação. Era o início da ciência, que se queria desvinculada da Teologia.

O universalismo

A valorização do Homem como fonte e centro das preocupações artísticas e científicas é outro princípio básico da Renascença. A relação Homem/Natureza, Homem/Cultura criou as bases do antropocentrismo moderno. O *Homem Universal*, o *Homem Único*, ideal da cultura renascentista, era aquele que imitava os exemplos valorosos dos antigos, desenvolvia seu engenho e, por isso, possuía uma visão crítica do mundo. Deveria “estudar teologia, ou filosofia, ou outras ciências, comer e beber moderadamente ao menos duas vezes ao dia, fazendo refeições leves e de valor, com pouco vinho” (BYINGTON, op. cit., p. 37). O Homem Universal seria, então, um ser culto e de conduta exemplar, que serviria de modelo para todas as sociedades, um modelo universal que na realidade era profundamente etnocêntrico, profundamente europeu.

Todos esses princípios não eram organizados em uma escala de importância, mas totalmente articulados entre si.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o texto:

Os primeiros italianos que se preocuparam com a história da arte (humanistas), como Lorenzo Guiberti, Leone Battista Alberti e, em especial Giorgio Vasari, eram de opinião que a arte clássica fora destronada no princípio da era cristã e que não renascera senão quando servira de base ao estilo do Renascimento. As razões para esta derrocada, pensavam esses escritores, haviam sido as invasões dos bárbaros e a hostilidade dos primitivos sacerdotes e pensadores cristãos. Pensando dessa

Comentário

Para responder, você precisa saber que os primeiros humanistas consideravam que a conquista do Império Romano, aliada à intolerância da nova religião cristã, teria apagado em grandes trevas o legado e a história do mundo greco-romano. Tinham razão, porque a maneira de pensar havia mudado, mas desconheciam que aquele legado sobreviveu transformado em fabulações cristianizadas, e que a Idade Média teve seu próprio desenvolvimento artístico e científico que desmerecia o rótulo de *Idade das Trevas*.

As características das artes renascentistas

Os princípios valorativos das artes renascentistas criaram uma cultura original, peculiar e de grande diversidade de expressão. Vejamos suas características e inovações, assim como o seu impacto social. Em primeiro lugar, devemos abordar o *valor social* da arte para a sociedade da época renascentista e o *valor social de seu agente produtor*.

Em aulas anteriores, você acompanhou o processo de enriquecimento das cidades, em especial das cidades italianas, berço da Renascença. Nos altos estratos sociais, isto é, na alta burguesia e aristocracia locais que governavam as cidades e administravam

seus negócios, as artes possuíam um grande significado social. Possuir obras de artesãos qualificados (mestres em determinadas artes) em seus palácios ou oferecer à cidade uma peça de arte era garantir o prestígio social inerente ao seu cargo e à sua posição na sociedade. Para tal, contratavam artesãos para fazer suas joias, seus móveis, suas tapeçarias e os quadros que ornavam as paredes de seus palácios.

Pela capela de S. Spirito setenta e oito florins quinze soldos em pagamento de setenta e cinco florins ouro, pagos a Sandro Botticelli, segundo sua estimativa, como se segue – dois florins pelo azul ultramarino, trinta e oito florins pelo ouro e a preparação do painel e trinta e cinco florins por seu pincel (seu trabalho) (BAXANDALL, 1991, p. 27).

Contratavam, ainda, escultores para encher de estátuas seus jardins, arquitetos para construir seus palácios e capelas familiares. Esses homens ficaram conhecidos como **mecenas**, como protetores das artes.

Mecenas

Estadista romano nascido no ano 60 a.C., incentivava artistas e filósofos e possuía um grande acervo de obras. Seu nome virou sinônimo de protetor das artes.

Peço-vos que ordene Andrea Mantegna (pintor do final do século XV)... para vir ficar comigo. Eu me distrairei em sua companhia mostrando-lhe minhas pedras preciosas, minhas estátuas de bronze e outras belas antiguidades; nós as estudaremos e as discutiremos juntos (BAXANDALL, op. cit., p. 22).

Em verdade, a relação entre esses artesãos/artistas e os príncipes e burgueses ricos era uma prática comercial, firmada em contrato. O contratante estabelecia a obra que queria, estabelecia ainda como queria que fosse feita. No início do século XV, por exemplo, era o tipo da tinta empregada no quadro ou no tingimento da tapeçaria e no material de seus fios que valorizava a obra e dava prestígio ao seu contratante. Tintas caríssimas e raras, consideradas especiarias, como o azul-ultramarino, ou, ainda, fios de seda e ouro valorizavam a obra e, além disso, a riqueza e o prestígio do

contratante que podia pagar tão caros materiais. Já no final do século XV e no século XVI houve uma mudança sutil na exibição da riqueza. O interesse pela habilidade do pintor, escultor ou tapeceiro, pela obra em si, começou a prevalecer. Esses artesãos “entraram na moda”, e suas obras foram disputadas e emolduradas em ouro; até mesmo construíram-se jardins, pavilhões e gabinetes especiais nos palácios para exibi-las. Partes das residências da nobreza e da alta burguesia são abertas à visitação. Essas famílias poderosas construíram igrejas e capelas e as adornaram com obras preciosas, numa enorme exibição de riqueza e poder. Também ofereciam, como presentes à cidade, praças, parques, fontes e jardins repletos de arte. Filósofos, teólogos, gramáticos e tradutores também produziam, sob contrato, para o seu “mecenas”. Personagem importantíssimo para as letras, o livreiro/editor surge após a invenção da imprensa. Era de sua responsabilidade a reprodução dos clássicos da Antiguidade, quanto à publicação das “artes e ciências modernas”.

Este processo levou à valorização do artista. Mas, atenção: raramente levou a uma ascensão social. Sob contrato, o artista tinha os seus prazos rigidamente colocados, suas despesas e seus materiais vigiados. Podia ou não morar no palácio de seu contratante, mas somente lá pelo século XVI os considerados gênios entre os melhores eram recebidos nos salões.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto com atenção:

Em Florença, no fervor dos preparativos para o grande funeral (o enterro de Michelangelo), as únicas polêmicas que interessavam eram as relativas a esse

Imitar os bons exemplos e atingir o refinamento cultural do *Homem Universal* trouxe uma série de inovações na literatura. Manuais de comportamento político e social começaram a ser difundidos. Eram tratados sobre a conduta adequada, como, por exemplo, os *Espelhos do príncipe*, isto é, tratados que objetivavam a educação dos governantes. Outros trabalhos de mesmas características visavam à educação das crianças, dos quais o mais famoso foi de autoria de Erasmo de Roterdã, ou de como bem receber, enfatizando a arte da conversação e as maneiras adequadas aos cortesãos.

No primeiro livro do Cortegiano (O livro o Cortesão, de Castiglione), o conde Lodovico da Canossa afirma que o encanto que se exige de um cortesão ideal é mostrado “acima de tudo em sua maneira de falar (massimamente nel parlare). De maneira mais específica, ele recomenda que os aspirantes a cortesão evitem a afetação no falar, piadas indiscretas e os auto-elogios... O cortesão é exaltado por ser espirituoso e habilidoso na réplica... (BURKE, 1995, p. 132-133).

Tratados sobre as técnicas de pintura e arquitetura floresceram, como o já citado trabalho de Vasari, assim como tratados sobre as danças praticadas nos salões dos palácios, de músicas e escalas harmônicas e sobre o uso e os golpes de espada e floretes. A destreza e habilidade (engenho), a fundamentação racional das ações e experiências humanas levavam a uma ideia de excelência que era denominada *arte*.

A literatura renascentista trouxe também um olhar crítico e histórico sobre a sociedade. *O príncipe*, de Maquiavel; *O Decamerão*, de Boccaccio, e o *D. Quixote* ou as *Novelas exemplares*, de Miguel de Cervantes, são exemplos, embora de abordagens diferentes, nos quais os fundamentos antigos confrontam-se com as situações contemporâneas renascentistas e servem de análise e crítica aos problemas políticos e sociais da época.

(...) Tratarei tão só dos principados, a partir da trama atrás urdida, e argumentarei quanto à maneira como se podem governar e conservar. Digo, assim, que nos Estados hereditários e habituados à estirpe de seu príncipe a dificuldade em os conservar é muito menor do que nos novos, bastando não transgredir nem violar a ordem dos antepassados e, quanto ao resto contemporizar conforme os casos que surgirem. Destarte, se um príncipe tiver aptidão vulgar, manter-se-á sempre no seu Estado, se dele não for expulso por força extraordinária e excessiva, e mesmo assim regressará à mínima adversidade do ocupante. In exemplis temos em Itália o duque de Ferrara, que só resistiu aos ataques dos Venezianos, no ano de 1484, e aos do Papa Julio, no ano de 1510, graças à antiguidade de sua posse, visto o príncipe natural não ter tantas causas para nem tanta necessidade de ofender os seus súditos. Se não dá motivo de ódio, por vícios demasiados exorbitantes, a razão manda que o povo se incline ao seu favor. Do mesmo modo, a antiguidade e a longa continuação do poder hereditário anulam, com a recordação de sua origem, as razões de uma modificação, ao passo que uma mutação deixa sempre pedras de espera para uma nova mutação (MAQUIAVEL, 1976, p. 14-15).

O que escrevo são coisas contadas, durante dez dias, por honrado grupo de sete mulheres e três moços, na época em que a peste causava mortandade... Nas ditas novelas surgirão casos de amor. Uns agradáveis, outros escabrosos. Serão registrados alguns outros eventos felizes, passados tanto nos tempos atuais, como nos antigos... As já referidas mulheres, que estas novelas lerem, poderão obter prazer e útil conselho das coisas reconfortantes que as narrativas mostram. Saberão aquilo de que é conveniente fugir e, do mesmo modo, aquilo que deve ser seguido. Não acredito que prazer, conselho e exemplo sejam obtidos sem sofrer-se aborrecimentos... (BOCCACCIO, 1970, p. 10-11).

Quisera, se fosse possível, leitor amigo, deixar de escrever este prólogo, porque não me saí tão bem no que fiz para o meu D. Quixote... E assim, digo-te outra vez, leitor amigo, que de maneira alguma poderás fazer confusão com as novelas que te ofereço, porque elas não têm pé nem cabeça, nem miolo ou coisa parecida; quero dizer que os galanteios amorosos, que em algumas encontrarás, são honestos e tão orientados pela razão e pelos preceitos cristãos, que não poderá levar a um mau pensamento tanto o descuidado como o cuidadoso em os ler. Dei-lhes o nome de Exemplares e, se observares bem, não verás nenhuma da qual não se possa tirar algum exemplo proveitoso... Minha intenção é colocar, em praça pública, uma mesa de trucos (espécie de jogo), onde cada um possa divertir-se... para isso esforçou-se o meu engenho, leva-me por aqui a minha vocação... (CERVANTES, 1970, p. 9-11).

A mimese da natureza, da realidade que cercava o ser humano, encontrava na pintura uma série de inovações que romperam com a arte medieval e mesmo com a iluminura oriental, construindo as bases da especificidade das artes figurativas ocidentais. A paisagem começa a aparecer como parte da composição dos quadros, o quadro como janela para o mundo, a técnica da perspectiva e, principalmente, a técnica do retrato são partes fundamentais dessas inovações artísticas. A visão passa a ser considerada como experiência superior para a apreensão e o entendimento do mundo, mundo este visível e entendido pelas formas e proporções. Ao pintor e ao escultor era imprescindível o conhecimento da matemática e da geometria, para saber lidar e compor as formas e proporções do homem e do mundo.

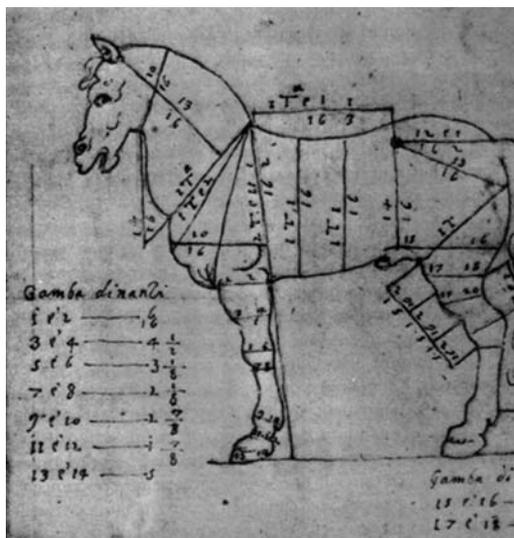


Figura 15.1: Dimensões de um cavalo, de Leonardo da Vinci.
Fonte: Baxandall (1991). Gravura extratexto.



Figura 15.2: *A tempestade*, de Giorgione.
Exemplo da incorporação da paisagem, da natureza, na composição pictórica, até mesmo como tema principal.
Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.3: *Judite no campo*, de Sandro Botticelli.
Exemplo de paisagem de fundo, enfatizando um trecho da história violenta de Judite (veja a criada carregando um cesto com a cabeça de Holofernes).
Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.4: *Homem com a medalha*, de Ginevra Benci.



Figura 15.5: *Sandro Botticelli*, de Leonardo da Vinci.

Exemplos da técnica do retrato. Mesmo em pinturas com cenas de indivíduos anônimos, a pintura renascentista mostra sempre faces individuais, cada uma delas com rostos personalizados.

Fonte: Argan (1999). Gravuras extratexto.



Figura 15.6: *Anunciação*, de Fra Angelico.

A ideia do quadro como janela que se abre para outro aposento, para outro lugar, como você pode observar, está exemplificada neste quadro.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.7: *Anunciação*, de Sandro Botticelli.

As Anunciações, grande tema da arte renascentista, representam ótimos exemplos do uso das técnicas dadas pelos estudos da geometria e da perspectiva. Observe como o artista dá ideia de movimento e fluidez aos personagens num fundo fixado pelas linhas retas e rígidas que compõem o cenário.

Fonte: Baxandall (1991). Gravura extratexto.



Figura 15.8: *Escravo que acorda*, escultura de Michelangelo.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.

A arquitetura dependia do conhecimento matemático e geométrico, além do conhecimento das leis do mundo físico. As técnicas de construção tornam-se um ideal, já que não comportavam mais apenas o trabalho manual, “mas um método ou processo racional, que portanto se aplicava tanto à resolução de problemas construtivos como à pesquisa histórica e ao conhecimento da realidade” (ARGAN, 1999, p. 85).



Figura 15.9: Igreja de Santa Maria dei Fiore (Florença), Filippo Brunelleschi.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.

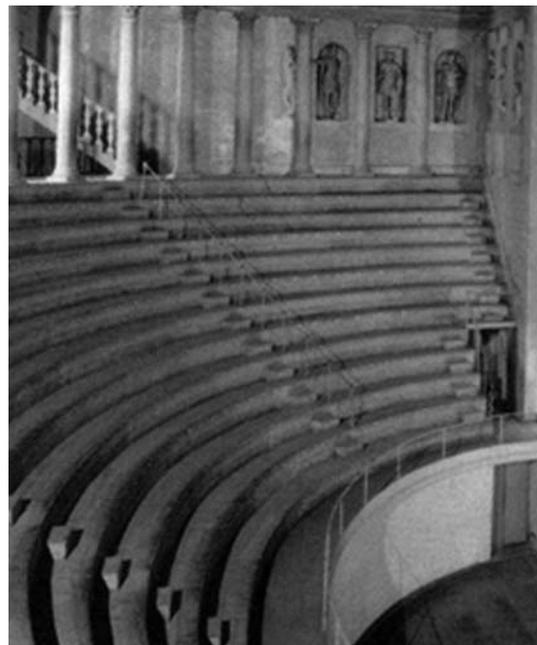


Figura 15.10: Teatro Olímpico em Vicenza (a plateia), Andrea Palladio.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.11: Teatro Olímpico em Vicenza (o palco), de Andrea Palladio.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.12: Praça do Campidoglio (Roma), de Michelangelo Buonarroti.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.13: Sacristia da igreja de San Lorenzo (Florença), de Michelangelo Buonarroti.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.



Figura 15.14: Vaticano (Roma) – nicho do Belvedere, de Donato Bramante.

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.

A cidade mercantil e renascentista deveria espelhar, por meio de suas construções e monumentos artísticos, o conceito de cidade ideal. A arte de construir e os seus construtores:

não visam reencontrar as ordens e ornamentações antigas, mas as junções e articulações dos edifícios; suas invenções no campo da mecânica buscam multiplicar as possibilidades do homem, do sujeito perante a natureza, o objeto. E as formas perfeitas de sua arquitetura refletem não tanto uma concepção nova e grandiosa do mundo, mas uma nova condição da mente humana... (ARGAN, op. cit., p. 85).

Os fundamentos e ideais da Renascença difundem-se também nas chamadas *artes menores*, isto é, ourivesaria, esmaltes, iluminuras, miniaturas e caligrafia.

Negociei com o ourives Gian Marco Cavalli para que fabrique os copos e as taças segundo o desenho de Andrea Mantegna. Gian Marco pediu três liras, dez soldos pelos copos e uma lira e meia pelas taças... Estou enviando-vos o desenho feito por Mantegna para o frasco, de sorte que possais julgar sua forma antes de começar sua fabricação (BAXANDALL, op. cit., p. 23).



Atende ao Objetivo 3

3. As artes renascentistas podem ser caracterizadas como frutos

(...) da dialética entre uma leitura (clássica) do antigo como modelo universal e atemporal e uma leitura (anti clássica) do antigo como pluralidade de dados particulares que podem e devem ser revitalizados numa prática contemporânea que os recrie... (ARGAN, op. cit., p. 10).

RESUMO

Abordamos os fundamentos e características das chamadas artes renascentistas em seu centro de origem, a Itália. Esse movimento difunde-se pela Europa, mantendo os seus dois grandes princípios reguladores: a imitação e a inovação.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos dois grandes movimentos de renovação religiosa, que serão estudados como no âmbito do movimento renascentista: a Reforma luterana e a Contrarreforma romana.

Aula 16

Esta aula
encontra-se
em fase de
elaboração

Aula **17**

Reforma e
Contrarreforma

Ana Maria da Silva Moura

Meta da aula

Analisar as diferenças entre os princípios reformistas e as reações da Igreja Católica no século XVI.

Objetivos

Ao final do estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as principais diferenças de crença e de atuação entre católicos e reformistas;
2. identificar as principais características de Contrarreforma;
3. analisar as relações entre colonização europeia e a Contrarreforma.

INTRODUÇÃO

Como cidadão contemporâneo de um Estado democrático, você tem o direito de exercer livremente a sua religião ou mesmo de não ter nenhuma. Esse direito é garantido pela nossa Constituição. A conquista da liberdade religiosa é fundamentada na separação de poderes, isto é, cabem ao Estado as questões públicas. A fé ou a falta dela é uma questão privada, de foro íntimo, logo, fora da alçada do Estado. Na Europa cristã da Idade Moderna, entretanto, era muito diferente. Não havia distinção entre questões públicas e privadas, especialmente em se tratando de religião. As próprias leis dos reinos (direito positivo) deveriam espelhar os valores e os cânones da Igreja Católica Ortodoxa Romana. Os súditos dos reinos também eram obrigados a seguir a religião de seu rei, que era a religião oficial do país: princípio jurídico chamado de *usus regio cujus religio*.

Na aula anterior (Aula 16 – Humanismo, Renascimento e Reformas) e na próxima aula (Aula 18 – Reforma e Pensamento Político), o grande cisma luterano e outras dissidências reformistas são desenvolvidos. Nesta aula, vamos enfatizar as reações da Igreja Romana a esses movimentos, em um conjunto de medidas chamado *Contrarreforma*. Para isso, vamos lembrar as principais diferenças que se instalam entre a Igreja Romana e os reformistas, que foram pontos determinantes na *Contrarreforma*.

As maneiras de ser cristão: as diferenças de crença e de atuação

Face à verdade absoluta, não cabem dúvidas e indagações da razão ou do coração. Tudo já está respondido pela instância suprema e divina. Qualquer experiência ou dado que conflita com as verdades reveladas só pode significar um erro... Por isso, nessa visão, o portador da verdade é intolerante e não tem outra opção. Caso contrário a verdade

não é absoluta. Só os que não possuem a verdade podem ser tolerantes. Consentir a dúvida. Permitir a busca... O fiel, este é condenado a intolerância... (BOFF apud EYMERICH, 1993, p.10-11).

A luta entre os movimentos reformistas dos séculos XVI e XVII e a Igreja Romana foi uma batalha entre o que eram as “verdades” religiosas e quem possuiria a autoridade para defendê-las e para fazer o trabalho de evangelização no mundo. Neste sentido, quais as principais “verdades” defendidas entre reformistas e católicos romanos?

○ acesso ao deus cristão

Essa foi uma questão fundamental entre reformistas e católicos porque envolvia o sentido de autoridade. Houve, nas frentes de disputa, uma semelhança de princípio: a vivência religiosa era parte fundamental do ser cristão. A maneira de vivenciá-la, entretanto, tornou-se a grande diferença entre católicos e reformistas. Para os católicos, existiam duas vias de acesso ao seu Deus: a primeira, considerada o caminho seguro e ortodoxo, baseava-se na autoridade eclesiástica e na mediação das figuras santificadas. O segundo caminho, visto sempre com desconfiança pelo próprio clero e que podia ser percorrido por poucos e sob a estrita vigilância da Igreja, era o das **manifestações místicas**.

Ao contrário, os reformistas dispensavam essa cadeia de intermediação e de autoridade que monopolizava a “verdade” e o acesso ao seu Deus. Cada indivíduo teria acesso direto às fontes da “verdade”: a palavra sagrada – a Bíblia – e a revelação direta.

Não preciso de testemunha externa. Desejo sentir em mim o testemunho do Espírito Santo... O Espírito de Deus, ao qual todas as coisas devem submeter-se, não pode estar sujeito nem mesmo às escrituras (CARLTADT apud FERNÁNDEZ-ARRESTO; WILSON, 1997, p. 76).

Manifestações místicas

Em todas as religiões existe uma diretriz mística, isto é, a crença de que por meio do estudo do sagrado, da meditação, de uma vida contemplativa de renúncia aos aspectos mundanos da vida e de uma total entrega espiritual à divindade se possa ter acesso direto a ela.

Isso significava uma postura radical frente às autoridades religiosas constituídas secularmente e, mais ainda, à própria interpretação das chamadas Escrituras Sagradas.

A adoração dos santos

Quando o princípio da legitimidade da intermediação entre o crente e o seu Deus foi colocado em dúvida e depois descartado, não mais teria sentido a intermediação dos santos. A iconoclastia reformista também bebeu do Antigo Testamento e do seu princípio de que “não adorarás ídolos de pau e pedra”. Os reformistas consideravam a impossibilidade da representação da divindade e a necessidade de adoração exclusiva a ela. Estas ideias eram inimagináveis para a Igreja Romana. A inacessibilidade do Deus cristão, até então, era explicada pela sua magnitude. Somente os mais puros (santos) e aqueles quem foram delegados (eclesiásticos) como seus representantes no mundo teriam variados graus de acesso ao divino; mesmo assim, por meio de rituais específicos como, por exemplo, a prece.

Rituais e espaços sagrados

Dentre os rituais cristãos, a comunhão com a divindade foi um ponto de grandes controvérsias, tanto entre os católicos quanto entre os próprios reformistas. Para os católicos, a eucaristia era um fato: o Cristo estava essencialmente presente sob as formas accidentais de pão e vinho. A hóstia tinha realmente a essência do sangue e da carne da divindade (transubstanciação). Já Lutero, “que era mais conservador, apegou-se à linguagem da física medieval, mas tentou fazer com que o mistério da eucaristia se conformasse mais à experiência sensorial, reformulando-o como “consustanciação”, segundo a qual tanto o pão do sacrifício quanto o corpo do Cristo estavam realmente presentes após a consagração” (CARLTADT apud FERNÁNDEZ-ARMESTO; WILSON, 1997, p. 106).

A controvérsia não parou aí e se estendeu tanto em outros movimentos reformistas quanto na Contrarreforma católica.

Quanto aos espaços específicos para os rituais, católicos e reformistas construíram enormes distinções. A igreja ou templo católico teatralizava esses espaços. A arquitetura e a arte religiosas nas igrejas orientavam os fiéis por meio de seus lugares específicos, até o foco central, o altar; educavam e evangelizavam pelas imagens pintadas e esculpidas; deviam maravilhar e aterrorizar o indivíduo com a magnificência da divindade. Daí a riqueza e a opulência dessas construções. Já para os reformistas, a igreja ou templo era o lugar da suficiência da fé. Nada deveria distrair o fiel de sua comunhão pessoal com a divindade. Igrejas austeras, sem opulência, sem imagens. Era o espaço da exortação do pastor.

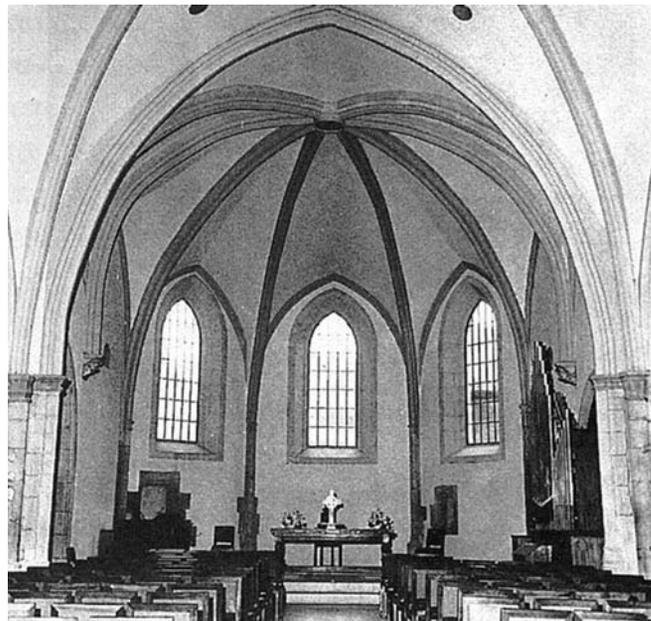


Figura 17.1: Capela John Knox (Genebra).

Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997). Gravura extratexto.

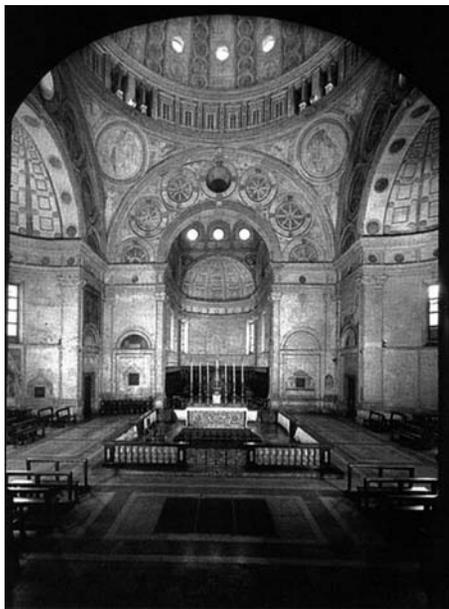


Figura 17.2: Coro da Igreja de Santa Maria delle Grazie (Milão).

Fonte: Argan (1999). Gravura extratexto.

O acesso à graça divina

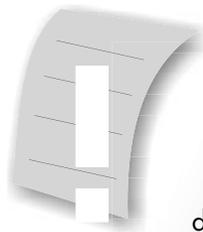
Esta foi uma questão “espinhosa” entre católicos e reformistas, já que punha em estreita relação um sistema de crenças e um sistema de hábitos e comportamentos que davam as características do que era “ser cristão”. No mundo católico de então, considerava-se que a graça divina era conseguida por meio das chamadas *obras pias* e, dentre elas, sobressaía a caridade. Os reformistas, dos quais o mais enfático na questão foi Calvino, defendiam que a graça divina era absoluta; logo, a divindade, em sua onisciência, já saberia a quem se predestinava a salvação. Ao fiel restava a *fé* em sua salvação previamente estabelecida.

Todos esses princípios foram criando barreiras intransponíveis ao objetivo primeiro de Lutero em reformar (purificar) e moralizar a Igreja Romana. Cada um desses pontos foi capaz de gerar outras dissidências religiosas que possuíam entre elas próprias a mesma distância entre luteranos e católicos. Todas elas afirmando-se portadoras da única verdade, da única autoridade, eliminando e punindo quem duvidava ou quem não seguia suas diretrizes.

da divindade na comunhão era um fato real. Para os católicos romanos, a fé deveria ser acompanhada pelas boas obras e sua salvação dependeria da orientação e intermediação dos santos e dos padres.

A Contrarreforma

Assim como os variados movimentos reformistas, desde a dissidência luterana se espalha pela Europa, ao longo do século XVI, a chamada Contrarreforma; é um movimento de longo prazo. Mesmo o chamado Concílio de Trento, que tornou-se sinônimo da reação da Igreja Católica ao movimento luterano, passou por inúmeras fases e só foi concluído após 28 anos (1536-1564).



A urgência de uma resposta ao movimento luterano por meio de medidas reformistas moralizadoras necessárias à Igreja Católica provocou a convocação de um Concílio pelo imperador Carlos V e pelo papa Clemente VII, mas somente com o papa Paulo III, em 1536, houve uma convocação oficial, porém não houve a abertura do Concílio. Com o papa Júlio III, em 1552, na cidade italiana de Trento, o Concílio reuniu-se e iniciou as discussões. O término do Concílio deu-se no pontificado de Pio IV em 1564.

Ao longo dos anos conciliares, extremamente conturbados pelos variados interesses do papado, dos grupos católicos e dos reinos envolvidos, foram estabelecidas regras que garantiriam a

autoridade exclusiva da Igreja Católica e de sua hierarquia para a dita salvação da humanidade e, também, de ações contra os movimentos reformistas já constituídos.

Alguns princípios e ações estabelecidos em Trento:

- a reafirmação de todos os **dogmas** do catolicismo;
- a reafirmação da hierarquia eclesiástica e da infalibilidade papal. O papa foi confirmado como o único representante do Deus e sua autoridade emanava da divindade;
- foi mantido o princípio do *livre-arbítrio*, pelo qual o homem pode escolher se aceita ou não a chamada *graça divina* para a sua salvação;
- foram mantidos os sacramentos e o celibato clerical;
- foi estabelecido que todo católico deveria submeter-se à tradição da Igreja Romana e rejeitar quaisquer explicações não conformes à tradição católica;
- cada diocese deveria instituir um seminário para a formação profissional do sacerdote;
- foi estabelecida a necessidade de intensas atividades missionárias. Surge, em 1534, uma nova ordem missionária: a Companhia de Jesus;
- recrudesceram as ações inquisitoriais para a defesa da ortodoxia católica por meio do *Santo Tribunal da Inquisição*, com uma hierarquia composta de *Familiares* (indivíduos que possuíam Carta de Sangue Limpo e que vigiavam e delatariam desviantes da tradição católica), *Visitadores* (grupos de eclesiásticos que faziam Visitações em aldeias e cidades à cata de desviantes da tradição católica) e os *Tribunais de Inquisição*, estabelecidos permanentemente em grandes cidades dos reinos. Esses tribunais, assim como as Visitações, podiam ser pedidos ao papa pelos reis.

As decisões do Concílio de Trento nem foram restritas aos pontos apontados em nossa aula nem foram aplicados uniformemente por toda a Europa. Mesmo em reinos católicos houve resistências

Dogmas

Pontos considerados fundamentais e indiscutíveis em qualquer doutrina ou sistema religioso. Esses pontos são definidos pelas igrejas, quaisquer que sejam, como verdades absolutas e como expressões legítimas e necessárias à fé.

e rejeições. Os poderes reais e aristocráticos sentiam-se ameaçados ante o avanço da autoridade clerical. Como exemplo, podemos citar a questão da nomeação do *Grande Inquisidor* dos reinos. Podendo ser indicado pelo rei, mas somente com o aval da autoridade papal, recebia, após sua nomeação, total imunidade: não podia ser destituído nem sofrer quaisquer imposições por parte do rei ou da legislação do reino. Assim também os Visitadores e mesmo os Familiares da Inquisição. Na verdade, estavam acima da lei e do rei.

Uma das características mais interessantes dos movimentos reformista e contrarreformista foi o uso da imprensa como “arma de guerra”. Você deve saber sobre a grande revolução que foi a invenção da imprensa. Livros e todo o tipo de documentação eram feitos manualmente, com grande dificuldade para cópias e arquivamento. Os mosteiros e a administração dos reinos dependiam de seus copistas em um trabalho lento feito por poucos habilitados. A circulação das ideias, dos decretos e das leis era muito restrita. Dependia de encomendas por quem podia pagar por um processo tão caro. A imprensa não somente agilizou o processo, mas permitiu o crescimento de um mercado que passou a incluir a burguesia leiga europeia. A imprensa atingia novos grupos e foi percebida como uma necessidade pelas administrações dos reinos. Mesmo os analfabetos, maioria absoluta na Europa, eram beneficiados pela grande divulgação das imagens que contavam a história que se queria divulgar. Foi neste sentido que tanto os movimentos reformistas quanto a Contrarreforma utilizaram a imprensa. Da defesa de seus princípios e dos ataques aos adversários de fé até a utilização de boatos e lendas difamatórias, tudo foi explorado por meio da imprensa pelos grupos envolvidos. Bíblias, catecismos, folhetos, imagens e lendas milagrosas, panfletos difamatórios eram derramados sobre as populações.

Como você pode perceber, a Contrarreforma não foi um movimento pacífico nem ficou restrito a um curto momento da história europeia. Sua implantação foi um processo histórico de longo prazo, com inúmeros desdobramentos políticos e sociais, dentre os quais

estava o recrudescimento das guerras religiosas europeias, assim como o seu direcionamento às colônias na América, na Ásia e na África.



Figura 17.3: Imprensa e tipografia.

Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997). Gravura extratexto.



Figura 17.4: “Propaganda” católica: Lutero e o diabo.

Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997, p. 108).



Figura 17.5: “Propaganda” reformista: a cegueira do clero ante a verdade divina.

Fonte. Fernández-Armesto; Wilson (1997, p. 93).

A “guerra” das imagens estendeu-se por todas as artes figurativas, tanto expressas em lugares públicos considerados sagrados como também nos espaços privados e domésticos. A pintura, a escultura e a arquitetura foram amplamente utilizadas para marcar características próprias e para confrontar os *inimigos*.



Figura 17.6: A vitória da verdade católica sobre a heresia. Igreja da Companhia de Jesus (Gesú). Roma. O triunfalismo pós-tridentino gerou imagens de confronto. Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997). Gravura extratexto.



Figura 17.7: Mercador de Bruges e sua família, de Anthonius Claessius (1585). O protestantismo criou um modelo característico de devoção leiga e familiar. Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997). Gravura extratexto.

Comentário

Para responder, você precisa saber que, nas imagens divulgadas pela Igreja Romana, Lutero era apresentado com a bíblia reformista e, por isso, mancomunado com o diabo (veja o livro e Lutero com a mão dada ao diabo). Sua reforma também teria sido ditada pelo demônio (veja a figura que fala ao ouvido de Lutero), o que deveria assustar terrivelmente os católicos. Já os protestantes apresentavam o papa e o alto clero como cegos ante a verdade representada pelo espelho coberto. O verdadeiro crente estaria dirigindo-se diretamente à divindade, já que não poderia ser conduzido por homens que não tinham visão.

A expansão da Contrarreforma

Um dos grandes símbolos da Contrarreforma foi a Companhia de Jesus. Fundada por Inácio de Loyola, tinha como primeiro objetivo a conversão dos povos orientais. Após sua confirmação por bula papal, foi convidada à missionar em Portugal e em suas colônias. Mais tarde, atingiram todas as colônias católicas, das Américas ao Japão. A partir de então, toda a história da colonização católica ao redor do mundo estava estreitamente ligada ao missionarismo e, em especial, aos jesuítas.



Figura 17.8: A Companhia de Jesus na China.

Fonte: Fernández-Armesto; Wilson (1997).

Missionarismo

Fazer missão, isto é, pregar (*kérigma* – anunciar em voz alta), instruir (catequizar) e propagar a fé.

O **missionarismo** não foi criação da expansão europeia, mas um movimento plurissecular pertencente a um dos níveis evangelizadores da Igreja Católica. As fronteiras abertas da cristandade não foram, por exclusividade, os Novos Mundos. Designamos por fronteiras abertas até mesmo os bolsões não cristãos dentro da própria cristandade na Europa. Não era uma questão territorial, mas cultural.

Os jesuítas eram homens de seu tempo, o tempo conflituoso das reformas protestantes e católicas. Sua rígida formação os tornaram construtores de conhecimento, especuladores do mundo natural, homens do século, portadores e, ao mesmo tempo, um dos signos de sua temporalidade.

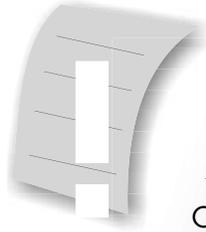
A colonização europeia ao redor do mundo foi um processo de choque e também de luta entre as ordens dos saberes e poderes de cada cultura. Coube aos jesuítas papel relevante nesse embate, porque foram os porta-vozes privilegiados da cultura europeia católica.

Foi então nesse amplo contexto, dos movimentos reformistas e das primeiras fases do Concílio de Trento na Europa, mais os conflitos coloniais, que a Contrarreforma derrama-se pelas regiões de colonização católica. O missionarismo também tornava-se um ato político por excelência, na medida em que a pregação e o exemplo, por meio de estratégias de persuasão, objetivavam uma nova identidade cultural aos povos nativos: a cristã. Ao mesmo tempo, garantia e reforçava seu caráter impositivo pelo não reconhecimento de qualquer atitude de resistência, fosse pela fuga, indiferença ou guerra.

Bula papal *Sublimis Deus*, em 1537,

(...) determinamos e declaramos, pelas presentes letras, com autoridade apostólica, e não obstante o que quer que seja em contrário, que os referidos índios, como todos os povos cuja existência depois chegar ao conhecimento dos cristãos, ainda que estejam fora do conhecimento de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, quer de sua liberdade, quer do domínio sobre suas coisas. Pelo contrario, podem livre e licitamente usar, possuir e gozar essa liberdade e domínio, e não devem ser reduzidos à servidão. Declaramos írrito e nulo o que em contradições o com isto se fizer, e que os índios e outros gentios devem ser atraídos à fé cristã com a pregação da palavra divina e com exemplo da vida honesta (DIAS, 1973, p. 156).

A bula foi uma resposta à questão indígena nas Américas, encerrando em si toda uma discussão milenar sobre o direito à liberdade e à propriedade dos gentios e hereges. Reconhecer tais direitos às populações nativas seria, entretanto, inviabilizar a conquista europeia enquanto ato político considerado legítimo e, ao mesmo tempo, retirando da Igreja Católica a sua legitimidade como guardiã única de uma “única verdade”.



A questão indígena do século XVI refere-se tanto às discussões sobre a escravização dos índios, tendo o missionário Las Casas como o maior defensor da liberdade para esses povos nativos, como as ações indígenas de resistência e oposição ao europeu. Guerras e levantes indígenas varrem as Américas, pondo em risco os objetivos europeus de colonização.

Voltando ao preâmbulo da bula *Sublimis Deus*, era ao “inimigo comum da humanidade” (o diabo) imputada a prática da escravização do gentio como um ardil para impedir a catequização, mas:

Ora, nós exercemos, ainda que indignamente, o lugar de Deus na terra, e procuramos solícitamente juntar no seu aprisco, com todas as outras, aquelas ovelhas, aos nossos cuidados confiadas, que andam fora de seu rebanho. E atendendo a que esses índios, como verdadeiros homens, não só têm capacidade para a fé cristã, mas como correm para ela prontíssimamente, segundo nos informam... (DIAS, op. cit., idem).

No reconhecimento da humanidade indígena foi fixada a possibilidade da ação religiosa, para a qual só existiria um caminho: de eles acorrerem *prontíssimamente*. Seria impensável a recusa deles à pregação, de origem divina. Por meio da recusa, da resistência, tornavam-se os *contrários*, amigos “do inimigo comum da Humanidade”. Nestes casos, os indígenas caíam em pecado mortal contra a “verdadeira fé” e, ao mesmo tempo, em crime contra a autoridade do rei católico, que pleiteava o seu domínio naquela região. A “justa punição” para esses crimes/pecados seria o uso da chamada “guerra justa”, a perda da liberdade e de seus territórios.

Em que condições será, portanto, justa a guerra, a conquista política e civil das populações e dos seus “domínios”? Sê-lo-á, antes de mais nada, quando se negarem aos descobridores peninsulares faculdades concedidas a toda a humanidade pelos direitos das gentes. E sê-lo-á depois, quando se recusar aos cristãos o direito de evangelização... Nós, os cristãos, temos o direito de pregar o Evangelho por toda a parte e de enviar missionários a todos os infiéis, protegendo-os e forçando os povos, não evidentemente a abraçarem a religião de Cristo, mas a permitirem a sua prédica e que os seus a ouçam, a recebam e vivam de acordo com ela. Se alguns destes gentios ou reis ou quaisquer chefes fizerem o contrário, ser-nos-á lícito obrigá-los pela guerra causada à fé e ao Evangelho. Ora, sendo assim, não resta dúvida que podemos abordar em navios os infiéis, mau grado seu, e permanecer em seus portos e territórios com o poder apropriado, por todo o tempo necessário à segurança da pregação, e exercer, com este motivo, algum comércio, ainda que os naturais não o queiram... (MOLINA apud DIAS, op. cit., p. 199).

A "guerra justa", na realidade, não era uma questão religiosa. Era uma questão política, de dominação. Era a partir da "guerra justa" que a escravização das populações nativas tornava-se legítima aos olhos da Igreja Católica e de seus missionários.

Com pequenas variações, por meio de outras bulas papais e das especificidades das relações entre colonizadores europeus e as populações nativas de três continentes, o exemplo dado para a América portuguesa foi largamente adotado em outras regiões do globo, em especial as estratégias jesuíticas de missionação e o uso secular da "guerra justa".

Todas as regiões coloniais eram consideradas espaços gentios (não cristão, infiel ou idólatra) do escândalo e da desrazão, da ferocidade de contrários e da tibieza dos convertidos. Sendo a secularidade colonial assim percebida, a instalação da missão tornava-se um trabalho que objetivava uma transformação. Postulado

transformista e marca de originalidade da Companhia, o viver no século implicava estabelecer um *modus operandi* que permitisse, ao mesmo tempo, professar a transformação pelas sociabilidades cristãs, tendo a base material que a viabilizasse. A Companhia de Jesus não tinha como proposta instalar-se como predicadores ou mendicantes nas sociedades temporais. Não eram tampouco reclusos que manifestassem sua piedade exclusivamente na oração e nos estudos. Eram professores que viviam no século, pelo trabalho. Tais características deram à missão dinamismo e indivisibilidade quanto aos aspectos materiais e espirituais. Trabalhar no século foi inserir-se nas vivências coloniais, sujeitos em todas as questões que envolviam a presença e manutenção do europeu em terras a serem submetidas. Nelas, não foi de pouca importância a subsistência dos padres missionários. O sustento de um empreendimento de tal porte enraizou a missão nas sociedades coloniais nos mesmos moldes dos empreendimentos coloniais leigos, pois partiam das mesmas ordens de necessidade, embora de maneira mais ampla, acoplada a objetivos políticos culturais coletivos, a missão planejou a sua sustentação: igrejas, fazendas, aldeamentos, grandes propriedades produtivas.

O processo de colonização europeia no mundo em muito iria depender da atuação missionária jesuítica. Tanto a conquista quanto a manutenção e a expansão das práticas que possibilitariam a ocupação efetiva dos espaços pelos europeus deveriam necessariamente passar pela alteração das sociabilidades nativas. A missão atendia tanto os interesses da ordem do poder quanto construía a reafirmação do saber europeu católico.

A Contrarreforma também levou para as regiões coloniais as práticas das Visitações, dos Tribunais da Inquisição (Peru e Goa), assim como inseriu colonos como seus Familiares. Podemos considerar essas ações como a expressão do primeiro princípio da Contrarreforma: “Se o perigo é máximo, máximas devem ser a vigilância e a repressão” (LEONARDO BOFF, op. cit., p. idem).

Comentário

Para responder, você precisa saber que os novos mundos possuíam culturas não cristãs, e isso foi considerado crime e pecado contra a autoridade cristã, representada pelo domínio real que se queria impor pelos padres e pelos colonos europeus. A ação missionária criaria sociedades que adotariam os costumes e as hierarquias "superiores" da cristandade europeia e seria, também, uma barreira aos avanços reformistas.

RESUMO

Nesta aula, apresentamos as principais diferenças entre católicos e reformistas, de maneira que você possa identificar as características da Reforma e de suas dissidências, assim como aquelas da Contrarreforma.

Apresentamos também a expansão do movimento contrarreformista na colonização católica no Novo Mundo.

História Moderna I

Referências

Aula 11

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.
- MARAVALL, José Antônio. *La cultura del Barroco*. Barcelona: Ariel, 1986.
- MOURRE, Michel. *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*. Paris: Larousse-Bordas, 1996.
- NISBET, Robert. *Os filósofos sociais*. Brasília: Editora UNB, 1982.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Aula 13

- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: UNESP, 1995.
- DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ática, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1995.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O mendigo e o professor: a saga da família Plattter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. v.1.
- MOUSNIER, Roland. *As hierarquias sociais*. Lisboa: Publicações Europa América, 1974.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Aula 14

- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- ECO, Umberto (Org.). *História da feiúra*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia. 1400-1700*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HEERS, Jacques. *Festas de loucos e carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- HUIZINGA, Johann. *Homo Ludens*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1987. (Coleção Estudos.)
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Aula 15

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico e anticlássico*. O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascentista: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BURCKHARDT, Jacob. *A civilização do Renascimento italiano*. Lisboa: Presença, 1983.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

_____. *La Renaissance en Italie: art-culture-société*. Paris: Hazan, 1991.

_____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

_____. *La Renaissance en Italie: art-culture-société*. Paris: Hazan, 1991.

BYINGTON, Elisa. *O projeto do renascimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Imprensa Universitária/Estampa, 1984. 2 v.

GARIN, Eugênio. *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

GÊNIOS da Pintura. São Paulo: Abril Cultural, 19--. 8 v. (Coleção Abril Cultural).

LIMA, Luis Costa. *Mímesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. cap. 1.

PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

Aula 17

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico, anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CHAUNU, Pierre. *O tempo das reformas (1250-1550)*. Lisboa: Ed. 70, 1994. 2 v.

DELUMEAU, Jean. *La reforma*. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

DIAS, José Sebastião Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1973.

EYMERICH, Nicolau. *Manual dos inquisidores*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/EdunB, 1993.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe; WILSON, Derek. *Reforma: o cristianismo e o mundo. 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HÖEFFNER, Joseph. *Colonialismo e evangelho: ética do colonialismo espanhol no século de ouro*. São Paulo: Presença/Edusp, 1973.

